

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MATHEUS SOUSA MACIEL GUALBERTO DE GALIZA**

**CIDADES SUSTENTÁVEIS: DESCRIÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS DE URBANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL NAS CIDADES DE  
SÃO PAULO E SANTIAGO**

**JOÃO PESSOA**

**2019**

MATHEUS SOUSA MACIEL GUALBERTO DE GALIZA

**CIDADES SUSTENTÁVEIS: DESCRIÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS DE URBANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL NAS CIDADES DE  
SÃO PAULO E SANTIAGO.**

Monografia apresentada ao Curso de  
Relações Internacionais da Universidade  
Federal da Paraíba, como requisito parcial à  
obtenção do título de bacharel em Relações  
Internacionais

**Orientador:** Prof. Dr. Pascoal Teófilo  
Gonçalves

JOÃO PESSOA

2019

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

G162c Galiza, Matheus Sousa Maciel Gualberto de.  
CIDADES SUSTENTÁVEIS: DESCRIÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS DE URBANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL NAS  
CIDADES DE SÃO PAULO E SANTIAGO / Matheus Sousa Maciel  
Gualberto de Galiza. - João Pessoa, 2019.  
87 f. : il.

Orientação: Pascoal Gonçalves.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Urbanização Sustentável. 2. Objetivo do  
Desenvolvimento Sustentável 11. 3. Agenda 2030. 4. São  
Paulo. 5. Santiago. I. Gonçalves, Pascoal. II. Título.

UFPB/CCSA

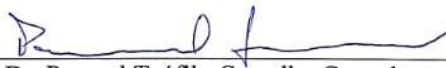
**MATHEUS SOUSA MACIEL GUALBERTO DE GALIZA**

**“CIDADES SUSTENTÁVEIS: ANÁLISE DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE URBANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL NAS CIDADES DE SÃO PAULO E SANTIAGO”**

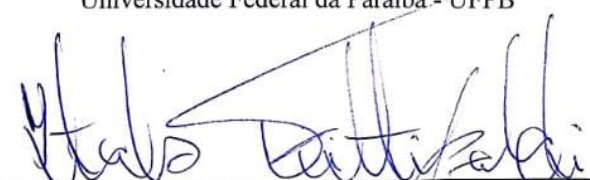
Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado (a) em: 20/09/2019

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves – (Orientador)  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

  
Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

  
Prof. Dr. Ítalo Fittipaldi  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

## **AGRADECIMENTOS**

O meu agradecimento inicial será dado para minha mãe, Claudiana Maciel, por todo o seu amor, carinho e suporte nos mais diversos momentos da minha vida, onde seria impossível chegar em tal posição sem o seu suporte. No demais, agradeço ao meu pai José Severino e a minha tia Maria Goreth por todo apoio durante a minha vida e graduação. No demais, agradeço aos meus avós por ambos os lados e demais parentes.

Agradeço ao professor Pascoal Gonçalves por sua paciência e ensinamentos durante a orientação deste Trabalho de Conclusão de Curso e igualmente durante a iniciação científica, sendo um responsável direto por muitos dos meus principais aprendizados acadêmicos. Neste sentido, gostaria também de agradecer aos professores do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba pela educação de excelência oferecida ao longo dos últimos quatro anos.

Por fim, agradeço a todos os amigos que tanto me deram suporte ao longo dos últimos anos e durante esta monografia: Maria Raquel, Romberg, Pedro Guerra, Giovana, Heitor, Leticia Viana, Matheus Ribeiro, Lucas Gondim, Bolivar, Kelson e Kevin. Em especial, um agradecimento a minha namorada, Letícia Buriti, por todo o seu apoio e carinho.

“O vento se ergue,  
É preciso tentar viver”

(Paul Valery)

## **RESUMO**

Atualmente, mais da metade da população mundial vive em cidades, fazendo com que assentamentos urbanos se tornassem os principais polos econômicos e vetores de mudanças em uma escala global. Assim, desde a década de 70 as cidades passaram a se tornar grandes atores para uma agenda desenvolvimentista e sustentável no âmbito das negociações internacionais, quando a comunidade internacional entendeu que seria impossível alcançar o desenvolvimento global caso as cidades não estivessem participando ativamente deste processo. Por isso, este presente trabalho busca descrever a implementação de políticas públicas alinhadas com o ODS 11, voltado para urbanização sustentável, nas cidades de São Paulo e Santiago, duas das mais importantes cidades da América Latina e as mais importantes dos seus respectivos países. Nesse sentido, o alinhamento das suas políticas de urbanização com a Agenda 2030 demonstrariam não somente um comprometimento das cidades com uma agenda global, mas também a adoção de uma nova forma de urbanização, mais sustentável e inclusiva, assim como os principais atores responsáveis por esta implementação, refletidos em diferentes modelos estruturais e burocráticos analisados em São Paulo e em Santiago.

**Palavras-chave:** Urbanização Sustentável; Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11; Agenda 2030; São Paulo; Santiago.

## **ABSTRACT**

Today, more than half of the world's population lives in cities, making urban settlements the leading economic hubs and drivers of change on a global scale. Thus, since the 1970s, cities have become major actors for a developmental and sustainable agenda in international negotiations while the international community understood that it would be impossible to achieve global development if cities were not actively participating in this process. Therefore, this paper aims to describe the implementation of public policies aligned with the SDG 11, focused on sustainable urbanization, in the cities of São Paulo and Santiago, two of the most important cities in Latin America and the most important of their respective countries. In this sense, the alignment of their urbanization policies with the 2030 Agenda would demonstrate not only a commitment of cities to a global agenda, but also the adoption of a new, more sustainable and inclusive forms of urbanization, as well as the main actors responsible for it. Implementation is reflected in different structural and bureaucratic models analyzed in São Paulo and Santiago.

Keywords: Sustainable Urbanization; Sustainable Development Goal 11; 2030 Agenda; Sao Paulo; Santiago.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Crescimento da Urbanização desde 1982.....	26
<b>Figura 2</b> – Os Oito ODM.....	32
<b>Figura 3</b> – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	36
<b>Figura 4</b> – Interconexão entre os ODS.....	37
<b>Figura 5</b> – Etapas da Política Pública.....	40
<b>Figura 6</b> – Comparação entre o Modelo bottom-up e top-down.....	45
<b>Figura 7</b> – Participação dos entes federativos na arrecadação tributária.....	48
<b>Figura 8</b> – Participação dos entes federativos na receita total disponível.....	49
<b>Figura 9</b> – Divisão Regional do Chile.....	53
<b>Figura 10</b> – Província de Santiago e suas Comunas.....	54
<b>Figura 11</b> – Estrutura do Conselho de implementação da Agenda 2030.....	57
<b>Figura 12</b> – Orçamento Projeto Casa da Família.....	60
<b>Figura 13</b> – Execução Orçamentária do Casa da Família.....	61
<b>Figura 14</b> – Número de Unidades Habitacionais entregues em São Paulo.....	61
<b>Figura 15</b> – Famílias alcançadas com Programa de Urbanização Integrada.....	62
<b>Figura 16</b> – Execução Orçamentária do Trânsito Seguro.....	63
<b>Figura 17</b> – Execução Orçamentária do Mobilidade Inteligente.....	64
<b>Figura 18</b> – Execução Orçamentária do Cidade Conectada.....	65
<b>Figura 19</b> – Execução Orçamentária do Cidade Aberta.....	66
<b>Figura 20</b> – Intervenções de Macrodrenagem em São Paulo.....	68
<b>Figura 21</b> – Orçamento Centro Lindo.....	70
<b>Figura 22</b> – Orçamento da Intervenção em Bairros de Alta Complexidade.....	72

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

<b>Quadro 1</b> – Diferenças Habitat I e Habitat II.....	24
<b>Quadro 2</b> – Metas do ODS 11.....	58
<b>Tabela 1</b> – Mudanças Políticas da Agenda Habitat.....	27

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

Agenda 2030	Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unida.
ONU	Organização das Nações Unidas
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
Banco Mundial	Grupo Banco Mundial
Habitat II	Segunda Conferência das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Rio+20	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
PMGP	Política de Modernização da Gestão Pública
PlanejaSampa	Programa de Metas de São Paulo
Habitat III	Terceira Conferência das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1 A Urbanização Sustentável e sua evolução.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1 A Urbanização Sustentável com as Agendas Habitat .....</b>	<b>22</b>
1.1.1 As Conferências Habitat I e Habitat II .....	22
1.1.2 <i>Mudanças com Conferência Habitat III</i> .....	26
<b>1.2 A Urbanização Sustentável dentro dos Objetivos do Desenvolvimento .....</b>	<b>30</b>
1.2.1 <i>A Urbanização Sustentável na Agenda ODS</i> .....	35
<b>2 A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>40</b>
<b>2.1 Modelo Top-Down.....</b>	<b>44</b>
<b>2.2 Modelo Bottom-Up.....</b>	<b>45</b>
<b>2.3 Implementação de Políticas Públicas em São Paulo .....</b>	<b>47</b>
2.3.1 <i>A questão fiscal e tributária no Brasil</i> .....	48
<b>2.4 A Implementação de Políticas Públicas em Santiago.....</b>	<b>52</b>
<b>3. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ALINHADAS AO ODS 11.....</b>	<b>59</b>
<b>3.1 Implementação do ODS 11 em São Paulo.....</b>	<b>60</b>
3.1.1 <i>Meta 11.1</i> .....	61
3.1.2 <i>Meta 11.2</i> .....	64
3.1.3 <i>Meta 11.3</i> .....	66
3.1.4. <i>Meta 11.4</i> .....	67
3.1.5. <i>Meta 11.5</i> .....	68
3.1.6. <i>Meta 11.6</i> .....	69
3.1.7 <i>Meta 11.7</i> .....	70
3.1.8 <i>Metas 11.a, 11.b e 11.c-</i> .....	71
<b>3.2 Implementação de políticas públicas alinhadas ao ODS 11 em Santiago..</b>	<b>71</b>
3.2.1 <i>Meta 11.1</i> .....	72

3.2.2 Meta 11.2 .....	73
3.2.3 Meta 11.3 .....	74
3.2.4 Meta 11.4 .....	74
3.2.5 Meta 11.5 .....	75
3.2.6 Meta 11.6 .....	76
3.2.7 Meta 11.7 .....	77
3.2.8 Metas 12.a, 12.b e 12.c-.....	78
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>82</b>

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, mudanças estruturais e demográficas fizeram com que as cidades e centros urbanos se tornassem o principal local de moradia da humanidade, tal êxodo urbano não é ligado puramente com uma possibilidade de melhoria da qualidade de vida nas cidades, mas sim com o fato dessa melhoria ser necessária, elas se tornaram o carro chefe da prosperidade global, porém muitas preocupações começaram a emergir ligadas com essa rápida urbanização, as principais ligadas com a falta de planejamento urbano.

A América Latina é um dos locais onde essa falta de planejamento urbano por conta de uma rápida urbanização é mais visível, pois de acordo com relatório do Banco Mundial de 2014, a América Latina é a região mais urbanizada do mundo com 80% da sua população vivendo nas cidades. Porém, no mesmo relatório relacionado com as cidades mundiais com melhor planejamento, nenhuma cidade latino-americana é mencionada. Em uma região já marcada pela desigualdade, as cidades rapidamente se tornaram um catalisador dessa disparidade em qualidade de vida e renda, de acordo com relatório produzido pelo ONU-Habitat (2012), agência da ONU especializada para promoção de cidades mais sociais e ambientalmente sustentáveis, mais de cento e onze milhões de latino-americanos vivem em bairros marginais, expondo os mais pobres para a pior parte dos perigos e problemas oriundos da cidade.

Estes problemas, em especial na América Latina podem ser caracterizados por Robert Valls (2014) em seu relatório como Produto Regional para a América Latina do Banco Mundial em duas principais áreas, a primeira é no que tange ao bem-estar do habitante envolvendo questões como a saúde, segurança e educação e a segunda área é relacionada com a estrutura organizacional da cidade e isso envolveria questões como o trânsito, planejamento urbano e outras que acabam se correlacionando e gerando problemas até mesmo ambientais, como incêndios, deslizamentos e inundações.

De todo modo os principais problemas urbanos na América Latina estão ligados com a condição de pobreza e falta de planejamento, que acabam por estarem interligadas. Nesse contexto em que os problemas urbanos se agravam cada vez mais rápidos, as cidades passaram a adotar medidas que permitam um crescimento urbano

e sustentável, em especial com agendas ligadas à Organização das Nações Unidas, nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio eram ligadas ao ODM número 7 de garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, já nos anos mais recentes a agenda de urbanização sustentável incorporada pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis são mais robustos com o ODS 11 que visa tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, além de diversos tópicos propostos pela ONU-Habitat na sua Nova Agenda Urbana.

Nesse cenário de cidades buscando aumentar o seu aspecto sustentável, Santiago e São Paulo se destacam dentro da América Latina, onde em 2018 a consultoria Arcadis de desenvolvimento urbano listou Santiago como a cidade mais sustentável da América Latina e São Paulo na segunda posição. Assim como tanto São Paulo quanto Santiago já foram vencedoras do Prêmio Bloomberg de Desafio para Prefeitos, voltada para cidades que apresentaram políticas públicas inovadoras, impactantes e passíveis de transferência, demonstrando o alto grau de sustentabilidade dessas cidades dentro do continente sul-americano.

Por isso, o presente trabalho busca realizar a descrição de implementação de políticas públicas alinhadas com o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável número onze, a mais importante agenda de desenvolvimento proposta pelas Nações Unidas, para assim, buscar observar como está o grau de alinhamento e comprometimento de duas das principais cidades da América Latina e destaques em sustentabilidade, com a principal agenda de desenvolvimento e o seu objetivo de urbanização com desafios e comprometimentos globais.

Assim, este trabalho busca responder a hipótese de que tanto Santiago quanto São Paulo estão em um processo ativo de implementação de políticas públicas que estejam em total alinhamento com as metas propostas pelo ODS 11, demonstrando um comprometimento sustentável das cidades.

Para alcançar esta resposta, este trabalho foi dividido em três capítulos, onde o primeiro surge com uma análise histórica e teórica sobre as diferentes agendas de urbanização e como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável se encaixam dentro dessas agendas.

O segundo capítulo é voltado para uma apresentação teórica do conceito de implementação de políticas públicas assim como seus diferentes modelos, assim como uma análise estrutural do Brasil e Chile, países onde se localizam as cidades

sendo analisadas, para assim compreender os diferentes modelos estruturais de implementação de políticas públicas em cada uma dessas cidades.

Por fim, no terceiro capítulo será feita a análise de políticas públicas realizadas pelas cidades em questão que estejam alinhadas com as metas propostas pelo ODS 11, essa análise será realizada tendo como base os Planos de Metas mais recentes apresentados por cada uma dessas cidades, assim, checando áreas e termos chaves que tenham ligação com as metas propostas pelo ODS 11.

Nota-se que o presente trabalho não possui um caráter de valoração das políticas em implementação em São Paulo e Santiago, ainda que comentários gerais sobre as mesmas sejam feitos na conclusão do mesmo, sendo o principal foco e objetivo apenas a análise se as políticas públicas adotadas estão em concordância com a Agenda 2030, assim como os atores que realizam a implementação em cada uma dessas cidades e o seu grau de transparência.



## **1 A Urbanização Sustentável e sua evolução**

A urbanização como fenômeno é uma das maiores tendências nas últimas décadas ao redor do globo, porém, sua conceituação ainda carrega bastante dissenso entre diferentes vertentes tanto de um lado acadêmico quanto de uma visão social (BALBIM, 2018). Por conta disso, se torna imperativo ao elaborar sobre o conceito de urbanização, fazer um resgate histórico de todo esse processo para a humanidade, já que o impacto deste fenômeno para o desenvolvimento e evolução humana são constantemente deixados de lado por muitos estudiosos do tema, ainda que esse apanhado histórico possa justamente responder o que de fato seria o processo de urbanização. (ABIKO; ALMEIDA; FERREIRA, 1995)

Retroceder para a história da origem do processo de criação das primeiras cidades é igualmente retroceder para a origem da própria civilização humana onde, segundo ARRUDA (1993), pode ser possível observar princípios dos primeiros assentamentos urbanos ainda na Pré-história, quando na transição da Idade da Pedra para o período da Pedra Polida, os primeiros homens que eram nômades e viviam da coleta e da caça foram surpreendidos por uma diminuição de possíveis fontes de alimentação, por isso, eles começam a abandonar o estilo de vida nômade e focam em atividades ligadas a colheita. A necessidade de segurança, convivência e da alimentação levou os homens do nomadismo para uma vida em um local fixo (ARRUDA, 1993).

Com o advento da Idade dos Metais, a produção agrícola passou a ser mais efetiva e dinâmica, assim, dificultou a criação de animais e agricultura no mesmo ambiente, por isso, os homens que já viviam em pequenas comunidades, se separaram em duas principais, as dos agricultores e a dos pastores (BENEVOLO, 1993). Porém, ainda que separados, os produtores de bens agrícolas necessitavam de produtos de origem animal e os produtores de bens animais necessitavam de produtos de origem agrícola, pela necessidade da permutação de bens, surgem assim locais para a realização da troca desses produtos, que foram ainda mais impulsionados pela inovação das primeiras moedas, que agora não mais necessitavam estar com o produto na hora para a troca, facilitando a dinâmica do que era até então um escambo (BENEVOLO, 1993). As pequenas aldeias da época começam a se tornar cidades e, com isso, um aumento populacional foi acompanhado

de transformações sociais, porém, as cidades não podem ser definidas apenas como aldeias que foram se expandindo, mas sim, um ambiente de estrutura própria como definido por ABIKO; ALMEIDA; FERREIRA (1995):

A cidade se forma quando os serviços já não são executados pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras que não têm esta obrigação, e que são mantidas pelas primeiras com o excedente do produto total. Nasce, assim, o contraste entre dois grupos sociais, dominantes e subalternos: os serviços já podem se desenvolver através da especialização, e a produção agrícola pode crescer utilizando estes serviços. A sociedade se torna capaz de evoluir e de projetar a sua evolução. A cidade, centro maior desta evolução, não só é maior do que a aldeia, mas se transforma com uma velocidade muito maior. (ABIKO; ALMEIDA; FERREIRA, 1995, p.5).

Logo, nota-se que cidades na sua base são muito além de apenas um local habitacional que acabou crescendo demais, mas na verdade, é um ambiente catalisador de inovações sendo ela própria um objeto de transformações durante todo esse período. Como descrito por ABIKO (1995), após seu surgimento, as cidades vão ganhando importantes papéis ao longo da história, em especial em civilizações como a egípcia, grega e romana, seu papel ainda é bastante diminuído em relação ao campo, que concentrava a maior parte da população dos impérios durante toda a existência dos mesmos.

Porém, um acontecimento histórico acabou por revolucionar as dinâmicas trabalhistas, econômicas e sociais, fazendo com que as cidades logo se tornassem o novo centro do mundo, esse acontecimento foi a Revolução Industrial (OLIVEN, 2010). A Revolução Industrial aconteceu na Inglaterra no fim do Século XVIII impulsionada por novas tecnologias de manufatura, onde depois desse momento as máquinas passaram a operar em uma produção que era completamente artesanal, permitindo que a produção aumentasse exponencialmente nessa época (OLIVEN, 2010). Como definido por HAROUEL (1990), a Revolução Industrial logo gerou uma explosão demográfica nas grandes cidades europeias, quando após 1850 enquanto a população mundial estava quadruplicando, a população das áreas urbanas estava se multiplicando por dez. Londres, uma das mais emblemáticas cidades desse período, tinha uma população total de 864.845 em 1801, subindo para 1.873.676 em 1841 e

atingindo a incrível marca de 4.232.118 em 1891, em menos de uma década a cidade quintuplicou seu número de habitantes (CHOAY, 1979).

Todo esse crescimento é explicado pela explosão das indústrias, alinhadas com a especulação de terras e advento das máquinas nos campos ingleses, fazendo com que milhares de camponeses perdessem as suas terras e trabalhos e tivessem que buscar uma nova vida nas grandes cidades (ABIKO; ALMEIDA; FERREIRA, 1995).

É importante assinalar que assim como durante o nascimento das cidades na transição da Idade da Pedra para a Idade dos Metais, o fenômeno de urbanização não pode ser descrito como apenas uma expansão populacional nas cidades durante a Revolução Industrial, mas na verdade, como um fenômeno que transformou a vida na área urbana e tais mudanças foram, posteriormente, difundidas e adotadas pelas populações das áreas rurais (SILVA; MACÊDO, 2009). Isso faz com que a sociedade seja moldada e guiada por valores e expectativas urbanas, como pode ser definido por SPOSITO (1989, p.50)

A expressão da urbanização via industrialização não deve ser tomada apenas pelo elevado número de pessoas que passaram a viver em cidades, mas sobretudo porque o desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes da urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades, e na estrutura interna das cidades. (SPOSITO, 1989, p.50).

Porém, com essa explosão demográfica e social, logo as cidades inglesas passaram a apresentar uma série de novas problemáticas, como a explosão de novos prédios em áreas periféricas e núcleos primitivos, diversas famílias passaram a viver em pequenos espaços com baixa capacidade para isso, a condensação de tantos prédios tornou quase impossível o escoamento de detritos e isso, rapidamente, alastrou com graves problemas higiênicos e de saúde e logo mais fábricas vão surgindo próximos desses bairros residenciais já poluídos, alimentando a contaminação e sem nenhum modelo higiênico no processo (ABIKO; ALMEIDA; FERREIRA, 1995).

Com esse cenário caótico e anti-higiênico, diversas epidemias surgem dentro das cidades e as questões de insalubridade ficam, cada vez mais, problemáticas para

todas as classes, por isso, entre 1830 e 1850, começam a surgir as primeiras políticas públicas de urbanização dentro da Inglaterra e do Ocidente (BENEVOLO, 1971).

Até então, todas as medidas tomadas para o combate de insalubridade partiam de empresários da região, porém com um baixo impacto, soluções momentâneas e visando apenas o lucro. O Estado Inglês, porém, aprova em 1848 a primeira lei sanitária do mundo, o Public Health Act, garantindo uma preocupação pública e geral. Esta lei garantia questões de salubridade no que tangia ao abastecimento e controle de qualidade da água, canalização de esgotos, drenagem de áreas sujeitas a inundação e abertura de vias sanitárias, além de reurbanizar diversas cidades industriais da Inglaterra (ABIKO; ALMEIDA; FERREIRA, 1995).

Após as leis sanitárias, as políticas públicas de urbanização passaram por um caráter cada vez mais técnico, voltando-se para implementação de loteamentos, distância entre edifícios, uso de ocupação do solo e diversos outros códigos de áreas urbanas (ABIKO; ALMEIDA; FERREIRA, 1995). A aplicação e importância dessas políticas públicas ultrapassou apenas o cenário da Inglaterra, como foi o caso de Nova York nos Estados Unidos, onde o crescimento na Ilha de Manhattan se encontrava desordenado e logo foi criada uma comissão pública para desenvolver e lançar o projeto que dura até hoje, a divisão da ilha em doze avenidas com mais de 20 quilômetros cada e 155 ruas perpendiculares a elas e com um grande parque central no meio, o *Central Park*. Na França, foi iniciado uma série de demolições em bairros e edifícios ainda medievais para a construção de largas ruas e avenidas e uma série de monumentos na região central de Paris (ABIKO; ALMEIDA; FERREIRA, 1995).

É importante ressaltar que tais políticas públicas de urbanização durante o Século XIX se concentraram quase que exclusivamente nos países da Europa e nos Estados Unidos da América, impulsionados pela industrialização e explosão demográfica nas grandes cidades, enquanto no resto do mundo a maior parte da população ainda era campesina (GOMES, 2009). Porém, na primeira metade e início da segunda metade do Século XX essa realidade logo começou a mudar, em especial na América Latina, onde uma explosão de urbanização foi acompanhada pelo processo de industrialização da região, em boa parte por conta do processo de substituição de importações que a região passou a fazer no pós-década de 30, logo, de forma tardia, as nações latino-americanas passaram por um processo similar ao que os europeus e americanos passaram, tanto que em diversos momentos, as

políticas públicas europeias foram tomadas como inspiração pelos seus pares latino-americanos (GOMES, 2009). Porém, por diversos fatores, diversas regiões do globo apresentaram uma expansão urbana, porém, com problemas de planejamento.

A América Latina é um dos locais onde essa falta de planejamento urbano por conta de uma rápida urbanização é mais visível, pois de acordo com relatório do Banco Mundial de 2014, a América Latina é a região mais urbanizada do mundo com 80% da sua população vivendo nas cidades. Porém, no mesmo relatório relacionado com as cidades mundiais com melhor planejamento, nenhuma cidade latino-americana é mencionada. Em uma região já marcada pela desigualdade, as cidades rapidamente se tornaram um catalisador dessa disparidade em qualidade de vida e renda, de acordo com relatório produzido pelo ONU-Habitat (2012), agência da ONU especializada para promoção de cidades mais sociais e ambientalmente sustentáveis, mais de cento e onze milhões de latino-americanos vivem em bairros marginais, expondo os mais pobres para a pior parte dos perigos e problemas oriundos da cidade.

Estes problemas, em especial na América Latina, podem ser caracterizados por Robert Valls (2014) em seu relatório Produto Regional para a América Latina do Banco Mundial em duas principais áreas, a primeira é no que tange ao bem-estar do habitante envolvendo questões como a saúde, segurança e educação e a segunda área é relacionada com a estrutura organizacional da cidade e isso envolveria questões como o trânsito, planejamento urbano e outras que acabam se correlacionando e gerando problemas até mesmo ambientais, como incêndios, deslizamentos e inundações.

Por conta desta dinâmica de problemas que se tornaram cada vez mais crescentes com a urbanização do Século XX e com o entendimento cada vez maior da importância das cidades para a prosperidade econômica e social ao redor do globo, se iniciou na segunda metade do mesmo século uma forma de criar uma agenda urbana comum para os países, de modo que os problemas da urbanização rápida que ocorria pelo globo fossem superados (SILVA; MACÊDO, 2009).

Na busca dessa agenda, a Organização das Nações Unidas lançou a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, em Vancouver no Canadá.

## 1.1 A Urbanização Sustentável com as Agendas Habitat

Ainda que sofra críticas no que tange a inovação de suas ideias, a Conferência da ONU Habitat I teve em sua concepção um caráter pioneiro, em tentar pela primeira vez dentro do sistema ONU, de reconhecer a necessidade de estímulo a assentamentos urbanos sustentáveis em um mundo onde a urbanização estava acontecendo de forma desenfreada (GALINDO; MONTEIRO, 2016). A Habitat I lançou um plano de ações aprovado por consenso entre todos os 132 Estados presentes na Conferência, o documento apresentou 64 recomendações em 6 diferentes domínios dentro da lógica de urbanização, sendo esses domínios: Políticas e Estratégias Territoriais; Planeamento Territorial; Habitação, Infraestrutura e Serviços; Terra; Participação Pública; Instituições e Gestão.

A Declaração já no seu preâmbulo também tomou demonstrou alguns posicionamentos importantes que desde então, são parte chave para o entendimento das proposições da ONU Habitat até hoje ao definir que “Precisam ser adotadas medidas de assentamento urbano e estratégia de planejamento espacial corajosas, significativas e efetivas (...) considerando assentamentos urbanos como instrumentos e objetos de desenvolvimento. ” (DECLARAÇÃO DE VANCOUVER SOBRE ASSENTAMENTOS URBANOS, 1976).

No relacionado às cláusulas operativas da Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Urbanos, é percebido que as propostas de urbanização possuem um caráter ainda não tão global, onde os países considerados desenvolvidos em questões econômicas atuam como mentores para os países do Sul Global, evidenciando uma espécie de verticalidade na reunião, ainda que essa não fosse a proposição das Nações Unidas (PARNELL, 2016).

### 1.1.1 As Conferências Habitat I e Habitat II

Dezesseis anos após a Conferência de Vancouver, o mundo volta seus olhos para outra conferência que muito embora as pautas urbanas não fossem o objetivo principal, acabaram tendo um forte impacto no planejamento de uma agenda de urbanização dentro das Nações Unidas, essa conferência foi a ECO-92 ou

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 1992. Embora o principal objetivo desta conferência tenha sido a preservação ambiental e desenvolvimento ecológico, diversas questões urbanas foram trabalhadas nela, como as emissões de gases por transportes públicos e privados nas grandes cidades, uso excessivo da água e outros padrões de crescimento relacionados às grandes cidades. A ECO-92 também serviu de inspiração ao unir diversos setores da sociedade civil dentro do debate proposto de desenvolvimentismo, algo que impactou o Habitat II, que logo após a ECO-92 começou a ser planejado e tomou data em junho de 1996 em Istambul. (PARNELL, 2016).

A Habitat II foi realizada em um período histórico bastante específico e diferenciado da sua antecessora, a Guerra Fria tinha encontrado o seu fim com dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e, por um momento, a ideologia neoliberal surge como a grande vitoriosa, questões ambientais também ganharam um grande peso quando a sociedade civil ficou cada vez mais presente dentro das discussões e fóruns dentro do sistema ONU (PARNELL, 2016). A Habitat II então ganha esse caráter mais universalista e colocando ao centro do debate questões como direito à moradia, reivindicações de movimentos sociais e urgências globais ligadas ao meio ambiente, acompanhadas de descentralização das políticas urbanas (BALBIM, 2018).

Esse aspecto de busca por horizontalidade dentro da Habitat II serviu como estímulo para que grupos dos países considerados desenvolvidos (Norte Global) pudesse não só ditar como deveriam ser as transformações presente nos países considerados em desenvolvimento, mas também aprender com eles formas de combater as suas próprias desigualdades, como evidenciado pelo pesquisador Ivan Tosics (1997):

A principal lição que aprendi na Habitat II é que é fácil dividir o mundo em categorias como países "desenvolvidos" e "em desenvolvimento", mas existem pessoas pobres em toda parte e, na luta contra a pobreza, lições importantes podem ser aprendidas cada país entre si. As cidades do terceiro mundo vêm buscando soluções econômicas, visando diretamente aos mais pobres, por um longo tempo. Suas experiências podem ser muito úteis para as cidades do mundo desenvolvido, onde normalmente são aplicadas soluções muito caras que

não servem aos interesses da parte mais pobre da sociedade desses países. (TOSICS, 1997, p.366).

Nesse contexto positivo da conferência, a Habitat II ficou marcada por uma série de inovações conscientes dentro do sistema de ações das Nações Unidas no que tange à participação popular (LEAF, 1997). Como a conferência foi definida como “Cúpula das Cidades”, pela primeira vez dentro de uma conferência oficial da Organização das Nações Unidas, prefeitos e outros oficiais de cidades foram acreditados como participantes efetivos das reuniões, sendo caracterizado com o reconhecimento das Nações Unidas do poder dos municípios em um mundo que se tornava cada vez mais globalizado (LEAF, 1997).

Outras atividades inclusivas dentro da Conferência de Istambul foram descritas por MARANHÃO e CALIÓ (1996), como um segundo comitê que ocorria em paralelo ao comitê principal da Habitat II, onde representantes das cidades, sociedade civil e Organizações Não Governamentais discutiam as resoluções oriundas do comitê principal. Uma exposição com as “melhores práticas” foi montada para que cidades e países que tivessem o interesse, pudessem expor suas ideias e ações que consideravam de sucesso e dignas de serem replicadas em outros locais. O Centro das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos também pediu para que cada país presente apresentasse um Plano de Ações antes da realização da Conferência (MARANHÃO; CALIÓ, 1996).

Durante a Habitat II, pela primeira vez dentro de uma conferência internacional, se foi levantado uma agenda de urbanização, não somente princípios generalizados sobre como deveria ser a urbanização, como ocorreu durante a Habitat I (BALBIM, 2018). A Conferência Habitat II demonstrou uma clara evolução de tópicos em relação à Habitat I, como pode ser visto no quadro abaixo.



•	Habitat I	Habitat II
• Participação	Estados membros	Estados, ONGs, Municípios e sociedade civil
• Motivações da Conferência	Rápido crescimento demográfico e urbanização descontrolada	Cidades são motores de crescimento e a urbanização é uma oportunidade
• Objetivo principal	Controlar e desacelerar o processo de urbanização	Desenvolvimento Humano Sustentável em um mundo de urbanização e moradia para todos
• Principais resultados	Reconhecimento que moradia e urbanização são problemas globais e precisam ser tratados coletivamente	Cidades são motores do crescimento global
• Principais resultados	Criação do Centro das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos	Urbanização é uma oportunidade global
• Principais resultados	-----	Pedir por um papel mais importante para autoridades locais
• Principais resultados	-----	Reconhecer o papel da participação popular

**Quadro 1- Diferenças Habitat I e Habitat II**

Fonte: ONU Habitat (2016).

Apesar da descentralização de poder que aconteceu durante a Conferência de Istambul ter sido considerado um avanço relacionado às pautas dos movimentos sociais, sofreu diversas críticas de alguns setores por considerarem que tais ações ‘serviram como uma luva’ para diversas correntes do neoliberalismo (BALBIM, 2018).

O aumento do desemprego e da pobreza preconizados por medidas elaboradas pelo FMI e Banco Mundial deixaram um grande espaço de críticas por parte das delegações dos países do Sul Global (MARANHÃO; CALIÓ, 1996). Apesar disso, países do Norte Global elencavam que, na verdade, os problemas se davam por conta de “Estados ineficientes” abarrotados por corrupção e problemas burocráticos e, por isso, o espaço deveria ser ampliado para setores empresariais e de Organizações Não-Governamentais (MARANHÃO; CALIÓ, 1996).

Nesse cenário em que os Estados passaram a ser vistos com maus olhos, agências e bancos internacionais passaram a ditar importantes questões desta agenda urbana que estava nascendo, buscando viabilizar cidades como produtos econômicos, levando questões sociais e de moradia não como direitos sociais, mas sim, econômicos como descrito por BALBIM (2018)

A ideia emanada pelos bancos e pelas agências de fomento internacionais era não apenas de viabilizar habitação às famílias mais pobres nos países periféricos, mas também de constituir uma nova classe média, atrelada ao financiamento, com o compromisso dos países de constituir fundos para alimentar o sistema financeiro internacional. Esse momento poderia ser identificado, inclusive, como o início do processo de “commoditização” do espaço urbano, necessitando para tanto de uma análise mais aprofundada dos documentos do Banco Mundial e outros previamente analisados. (BALMBIM, 2018, p.15)

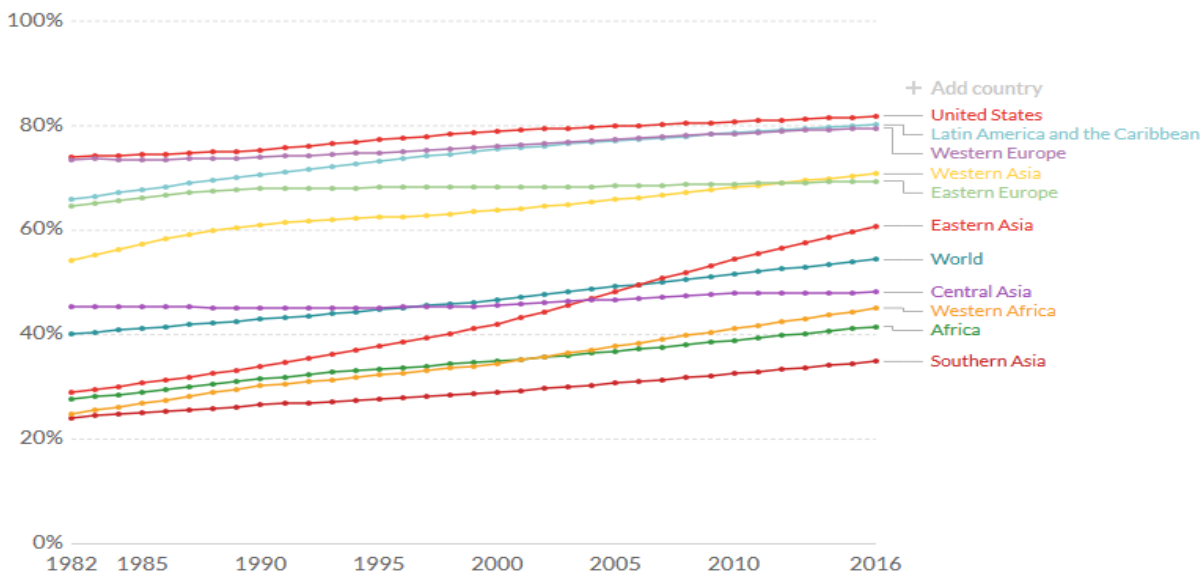
Com isso, a agenda proveniente da Habitat II demonstra um certo paradoxo em relação às questões sociais e desenvolvimento, dificultando até mesmo uma concordância de alguns países com a agenda, visto que ela demorou cinco anos para ser de fato finalizada (BALBIM, 2018). Com tais questões ainda em aberto, foi percebido que uma nova agenda seria necessária para que resolvesse os paradoxos apresentados pela Conferência de Istambul, abrindo espaço e expectativas para a Habitat III e a Nova Agenda Urbana.

### *1.1.2 Mudanças com Conferência Habitat III*

Iniciando o Século XXI com um boom de commodities, diversos países do Sul Global passaram a ter uma ascensão tanto econômica como em seu processo de urbanização e com esse crescimento das suas economias, eles passaram a ter um maior poder e voz dentro do sistema de conferências das Nações Unidas, assim, os preparativos para a Conferência Habitat III que aconteceria em Quito e todo o caminho para uma nova agenda de urbanização se concentravam cada vez mais em esforços globais e conjuntos (PARNELL, 2015), além da inclusão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável dentro do sistema ONU (que posteriormente serão

tratados neste presente trabalho). Fazendo com que altas expectativas fossem colocadas dentro da Nova Agenda Urbana que estava para ser desenhada.

**Figura 1: Crescimento da Urbanização desde 1982**



Fonte: Prospecção das Nações Unidas para a urbanização global

Como evidenciado pela figura anterior, a taxa global de urbanização continuou crescendo após os anos 2000, onde pela primeira vez na história da humanidade, mais pessoas moravam nas cidades do que no campo ao redor de todo o globo (NAÇÕES UNIDAS, 2017). Com isso, a ONU Habitat III se preparava para ser a mais importante e democrática das conferências de urbanização dentro do escopo das Nações Unidas (PARNELL, 2015), por isso, durante a preparação para a conferência, foram montados uma série de diálogos com a sociedade civil e pesquisadores para buscar a criação de uma nova agenda urbana de qualidade e inclusiva, alguns desses diálogos ganharam papel de grupos de trabalho e foram chamados de *Policy Units*.

Os *Policy Units* foram criados para identificar desafios e políticas prioritárias para a Nova Agenda Urbana, além de buscar ser a referência principal para os tomadores de decisão (ALFONSIN, 2016). Eles foram feitos em dez categorias que são apresentados pela ONU Habitat (2015) como:

1. Direito à cidade e cidade para todos e todas.
2. Estruturas Urbanas socioculturais.
3. Políticas Urbanas Nacionais.
4. Governança, capacidade e desenvolvimento institucional urbano.

5. Finanças e sistema fiscal municipal.
6. Estratégias territoriais urbanas: Mercado imobiliário e segregação.
7. Estratégias de desenvolvimento econômico urbano
8. Ecologia urbana e resiliência
9. Serviços urbanos e tecnologia
10. Políticas Habitacionais

Ao fim do ciclo dos *Policy Units* todos os Estados membros da conferência tiveram acesso a um documento com os resultados da discussão e com as expectativas da comunidade civil e acadêmica para a Nova Agenda Urbana (ALFONSIN, 2016), tomando a união destes documentos como base, se foi desenhado o documento final da conferência.

Uma das principais inovações do Habitat III está diretamente ligada com o primeiro *Policy Unit*, ao entender que a cidade na verdade é um direito para todos, não somente voltado para os pensamentos do Habitat II em que apenas moradia era reconhecida como um direito (PARNELL, 2016). A ONU Habitat III foi marcada por uma série de mudanças em relação a Conferência de Istambul, como pode ser visto na tabela abaixo:

**Tabela 1: mudanças políticas da Agenda Habitat**

HABITAT II	HABITAT III
Objetivos em assentamentos urbanos sustentáveis.	Conecta desenvolvimento urbano sustentável com desenvolvimento sustentável
Desigualdade não fazia parte da agenda.	Desigualdade sendo integrada na agenda de desenvolvimento
Agenda focava em pobreza.	Agenda sobre pobreza e inclusão
Promoção da igualdade de gênero.	Integração de políticas de gênero
Direitos humanos e liberdade.	Adoção de uma abordagem baseada em Direitos Humanos
Pobreza e direitos humanos.	Promove um mecanismo regulador e uma maior participação do Estado e sociedade civil

Direito de participação.	Nova Agenda Urbana fomentando a migração para que os pobres possam ir para áreas mais dinâmicas
Direitos e terra (despejo).	Cidades são consideradas vetores de mudança
Ambiente que resulte na desregulação do mercado de imóveis.	
Migração como um aspecto negativo da urbanização.	
Cidades consideradas plataformas.	

Fonte: (adaptado de MORENO, 2014)

Como visto na tabela apresentada, as mudanças de diretrizes políticas dentro das agendas entre as duas conferências Habitat demonstram uma preocupação decorrente das críticas feitas à Habitat II, em especial, por parte dos países do Sul Global que entendiam que a agenda urbana antiga era muito verticalizada (PARNELL, 2016), com a ascensão econômica destes países, seu poder de barganha se tornou maior para buscar uma agenda urbana que fosse, verdadeiramente, global e humanizada, reconhecendo o cumprimento eficaz de Direitos Humanos acordados oficialmente em acordos internacionais.

O direito de produzir cidades justas, inclusivas e sustentáveis também foi apresentado como um bem comum é essencial à qualidade de vida das nos centros urbanos (ALFONSIN, 2017). A cidade, pela primeira vez, foi vista como um lugar em que o seu objetivo é garantir uma vida descente e plena para todas as pessoas que vivem nela. Já no documento oficial da Nova Agenda Urbana é possível ver uma clara menção a esse aspecto

“Partilhamos o ideal de uma cidade para todos/as, referindo-nos à igualdade no uso e desfrute de cidades e assentamentos humanos que busquem a inclusão e que garantam para as presentes e futuras gerações, sem quaisquer discriminações, a possibilidade de criar cidades justas, seguras, saudáveis, acessíveis, adequadas, resilientes e sustentáveis e de viver nelas a prosperidade e a qualidade de vida para todos/as. “ (NOVA AGENDA URBANA, 2016, p.11)

Além de reconhecer tais direitos, a Nova Agenda Urbana também delega uma maior importância ao Estado em reconhecer o direito à cidade em suas “leis, declarações e cartas” (NOVA AGENDA URBANA, 2016). Porém, é importante ressaltar que a Nova Agenda Urbana não possui um caráter obrigatório, mas sim age como um compromisso dos Estados-membros em seguirem as diretrizes e princípios do documento após o construírem conjuntamente por consenso, com uma série de planos, sistema de monitoramento e controle de compromissos firmados que ficam à disposição de qualquer um para seguir (ALFONSIN, 2017). A Nova Agenda Urbana também se destaca ao introduzir um Princípio de Proibição ao Retrocesso, onde os países membros são desencorajados a produzirem leis que possam gerar qualquer tipo de retrocesso com os valores e princípios apresentados pela Agenda (ALFONSIN, 2017).

Com os princípios e valores básicos da Nova Agenda Urbana já estabelecidos e trabalhados, resta um aspecto final do entendimento da mesma, qual seria a sua prioridade? De acordo com BIRCH (2016), essa resposta seria bastante simples, a prioridade da Nova Agenda Urbana está em ancorar a agenda com políticas urbanas nacionais que sejam implementáveis como parte de um esforço nacional de desenvolvimento. Porém, nesse aspecto da implementação é que a Nova Agenda Urbana encontra suas principais dificuldades (BIRCH, 2016). Com uma vasta linha de princípios em que muitos são considerados bastante amplos e outros bastante específicos, foi considerado necessário a adição de uma nova agenda para poder preencher os vácuos deixados e facilitar o processo de fiscalização do cumprimento de metas (BIRCH, 2016), assim, a agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável entra em cena para fazer tal complementação.

## **1.2 A Urbanização Sustentável dentro dos Objetivos do Desenvolvimento**

No dia 25 de setembro de 2015, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas adotou de forma consensual a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o objetivo dessa agenda inovadora era transformar o mundo através dos que seriam considerados os ‘três P’: Pessoas, planeta e prosperidade (ONU, 2015). Nunca antes uma declaração tão ampla e universal tinha sido aprovada pelos líderes mundiais, porém, antes de abordar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável se

é necessário fazer a análise dos seus predecessores, em especial a Agenda do Milênio, desde o espaço que ela abriu para a discussão de sustentabilidade até as suas principais críticas que acabaram abrindo um espaço mais amplo e democrático de discussão para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CARVALHO; BARCELLOS, 2015).

Os primeiros passos para a concepção dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio aconteceram em um cenário pós-Guerra Fria em diálogos entre a ONU e a OCDE segundo David Hulme (2010), pois, enquanto durante a Guerra Fria os dois blocos realizavam expressivas ajudas econômicas aos países mais pobres, em especial como moeda de troca para apoio e legitimação política, com o fim da União Soviética, e as agências de assistência e desenvolvimento passam a ter grandes cortes orçamentários (HULME, 2010).

Ciente desta problemática, a recém-nascida União Europeia lançou grupos de trabalho focados em avaliar tanto a ajuda ao desenvolvimento quanto o próprio futuro das agências de desenvolvimento (HULME, 2010; CARVALHO E BARCELLOS, 2015). Assim, em 1996 através da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, os países europeus lançam um documento chamado “Moldando o Século XXI: A Contribuição da Cooperação para o Desenvolvimento” (OCDE, 1996) que fixava metas e objetivos voltados em três áreas principais, a de bem-estar econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental. Algumas dessas metas foram aproveitadas em sua totalidade na redação dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (CARVALHO; BARCELLOS, 2015).

Ainda na mesma turbulenta década de noventa, a Organização das Nações Unidas lança uma série de conferências internacionais voltadas para o debate de sustentabilidade e desenvolvimento, em especial, o desenvolvimento social como a Cúpula da Terra em 1992 no Rio de Janeiro; Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo em 1994; Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável em Copenhague no ano de 1995 e a Conferência de Istambul em 1996 com o histórico de todas essas conferências, a ONU busca então fazer a maior de suas conferências até então sobre o tema de desenvolvimento sustentável (HULME, 2010).

Quando o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, lança em 2000 um documento chamado “Nós o Povo: O Papel das Nações Unidas no Século

XXI” em que ele mudava o foco da organização no que tangia desenvolvimento, pois nesse momento a questão de desenvolvimento não mais era ligado com crescimento econômico dos países, mas sim uma erradicação da pobreza (HULMES, 2007).

No mesmo ano, as Nações Unidas também organizam a Cúpula do Milênio, evento onde todas as lideranças globais deveriam debater os principais problemas que o mundo enfrentaria no começo do segundo milênio, terminando com um texto base chamado de ‘Declaração do Milênio’ (HULMES, 2015). Em 2001, a ONU adota os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, convergindo dois processos desenvolvimentistas que tinham se iniciado o da OCDE e o da própria ONU (HULMES, 2015).

Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio historicamente se beneficiaram de diversos marcos que permitiram um desenvolvimento melhor para eles, um dos mais importantes foi a Conferência para Financiamento do Desenvolvimento promovido pelas Nações Unidas em 2002, quando se rompe com o discurso neoliberal de ineficiência estatal e passa a aceitar uma ação maior dos Estados, juntos à iniciativa privada no combate à pobreza (SAITH, 2006). Para HULME (2007), os atentados de 11 de setembro tiveram um grande impacto nessa questão, pois com isso as cortinas da realidade global foram abertas aos olhos dos Estados Unidos.

Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio também foram beneficiados por mudanças técnicas e metodológicas que aconteceram durante a década de noventa sobre os tópicos de pobreza e desenvolvimento (HULME, 2013). O primeiro desses aspectos foi graças ao pensamento do ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998, Amartya Sen, ao definir o desenvolvimento como desenvolvimento de capacidades e, com isso, surgiria os indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, neste mesmo ano, o Banco Mundial coloca pobreza e políticas sociais como o seu maior enfoque e com isso, o crescimento econômico não é mais visto apenas como uma questão de crescimento do PIB per capita, mas sim, como algo complexo e de diversas variáveis (HULME, 2013).

Outro importante aspecto foi ligado com o famoso livro “Reinventando o Governo” de Osborne e Gaebler (1992) que defendiam que agências de governo deveriam utilizar de um sistema de metas e indicadores assim como o setor privado, com objetivos, metas e indicadores que fossem elásticos, mensuráveis, acordados,



realistas e com tempo delimitado (OSBORNE; GAEBLER, 1992). Assim, tais princípios foram adaptados para diversas resoluções seguintes da Organização das Nações Unidas, inclusive dentro dos ODM.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na sua data de criação se tornou o mais ambicioso compromisso internacional em relação ao desenvolvimento, foram oito objetivos (Figura 2) com originalmente dezoito metas e quarenta e oito indicadores, que posteriormente se tornaram vinte e uma metas com sessenta indicadores, compromisso firmado entre cento e oitenta e nove países membros da organização das Nações Unidas e vinte e três organizações internacionais (PNUD, 2016).

**FIGURA 2- Os oito ODMs**



Fonte: (PNUD, 2016)

Com esses objetivos, pela primeira vez se tinha um conjunto integrado de metas com prazos estabelecidos com o intuito de operacionalizar questões básicas relacionadas ao desenvolvimento humano dentro do sistema das Nações Unidas (HULME, 2013).

Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio foram bastante inovadores no que tange à uma agenda de desenvolvimento, além de possuírem diversas vantagens em seus objetivos, segundo CARVALHO e BARCELLOS (2015), essas vantagens dos objetivos podem ser listadas como:

- Serem simples, limitados e mensuráveis;
- Com prazos para serem alcançados;
- Focados em áreas de grande consenso internacional;
- Orientados para resultados;
- Assumem pressupostos que a pobreza é multidimensional;
- São acompanhados de políticas de apoio à produção de estatística.

Apesar da sua inovação e diversos pontos positivos, os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio não ficaram alheios a críticas, algumas em um sentido mais técnicos dos indicadores, outras seguem um caráter mais político da Agenda do Milênio e como os temas dos ODM foram trabalhados (CARVALHO; BARCELLOS, 2015).

Uma das principais críticas aos ODM é no que tange à própria concepção da Agenda do Milênio, já que os países membros da OCDE, União Europeia e Estados Unidos tiveram uma clara preponderância de ideias e liderança durante os tópicos da agenda (AMIN, 2006), fazendo com que a sua formulação ocorresse de uma maneira *top down* em que os países do Sul Global tivessem, mais uma vez, uma agenda desenvolvimentista empurrada para eles (AMIN, 2006).

Outra importante crítica, é feita no tange aos indicadores e metas, já que eles limitam o escopo da análise proveniente dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, muito embora seja sabido que um pequeno conjunto de metas jamais possa cobrir todas as dimensões do desenvolvimento humano (VANDEMOORTELE, 2009), é importante se ter uma noção clara e ampla da escolha dos indicadores, metas e objetivos, para que se possa aprimorar a metodologia apresentado ou até mesmo substituí-la em caso de necessidade. Essa crítica pode ser explicitada com o seguinte trecho de CARVALHO e BARCELLOS (2015)

“Nossa principal crítica é que não encontramos – portanto, se existe é pouco visível – nenhum documento da ONU que justifique e fundamente a escolha dos 8 objetivos, 21 metas e 60 indicadores dos ODM. Encontramos apenas um documento - UN Development Group (2003)- especificamente sobre a metodologia dos indicadores e que, não discute como, a partir das metas se chegou aos indicadores. O fato de não existir esse documento

sugere que muitas escolhas foram políticas, fruto de acordos entre países e organizações cuja lógica completa talvez nunca venha a público” (CARVALHO; BARCELLOS, 2015, p.13)

Outro importante aspecto desta escolha política dos indicadores é o fato de que a ONU definiu o ano-base para a análise em 1990, porém, boa parte dos países pobres não possuíam sequer formas de fiscalizar os indicadores antes do ano de realização da agenda (CARVALHO; BARCELLOS, 2015), assim, a agenda favorece países do Norte que já possuíam formas de fiscalizar e cumprir suas metas até 2015. A baixa atenção para as desigualdades existente dentro de um país também foi um ponto que teve fortes críticas, ainda mais, se alinhado com o fato da agenda focar em conquistas mínimas (CARVALHO; BARCELLOS, 2015), como é o caso da educação básica, um maior enfoque foi dado na estrutura física das escolas do que na qualidade em si.

Por fim, outras importantes críticas residem no fato de que tópicos não presentes na agenda acabam sendo deixados de fora na política de ajuda internacional, fazendo com que diversos países, em especial, os do Sul global ficassem focados demais em tais indicadores que eram quantitativos, não qualitativos, deixando importante aspectos de uma possível agenda desenvolvimentista de fora e distorcendo o real interesse de algumas políticas públicas (CARVALHO; BARCELLOS, 2015).

Apesar disso, é bem aceito na academia que os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio são importantes e assertivos no seu pressuposto básico, que seus objetivos são importantes para promover o desenvolvimento (CARVALHO; BARCELLOS, 2015), porém, com diversas críticas e com o fim da data estipulada da Agenda do Milênio, a próxima agenda a ser desenhada precisava responder diretamente os vácuos e espaços de críticas deixado pelos ODM, assim, se inicia o espaço para uma agenda mais inclusiva e impactante, que acabou resultando na Agenda 2030.

### *1.2.1 A Urbanização Sustentável na Agenda ODS*

Com a referência da maioria das metas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio para 2015, naturalmente foi se entendendo que seria necessário criar uma agenda de desenvolvimento pós-2015 (CARVALHO; BARCELLOS, 2015) em especial

com o documento final da reunião Rio+20, sediada no Rio de Janeiro em 2012, onde se decidiu que seria necessário criar metas e indicadores para uma agenda pós-2015 que fosse compatível com os valores e esforços dos ODM (ONU, 2012).

Após o Rio+20, diversos fóruns de discussão dentro das Nações Unidas foram criados para dar continuidade ao projeto de desenvolvimento oriundo da Agenda do Milênio, dentre os principais fóruns estavam: O Grupo de Trabalho Aberto, uma força tarefa com mais de sessenta agências da ONU sendo lideradas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; O Painel de Alto Nível sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, com o objetivo de elaborar relatórios para uma nova agenda de desenvolvimento; E a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável, reunindo proeminentes nomes da academia e do setor privado (CARVALHO; BARCELLOS, 2015).

Até que após esses três anos de discussões sobre o tema, foi aprovado durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável de 2015, o documento final dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, suas dezessete metas (figura 3) e mais de duzentos e trinta indicadores (ONU, 2016) surgem tendo como base os princípios dos Objetivos do Milênio, porém buscando completa-los e responder a outros desafios (CARVALHO; BARCELLOS, 2015) outro importante aspecto relacionado aos ODS é no fato da busca pela universalidade dos temas, diferentemente dos ODM, que foram em especial voltado para os países do Sul Global, os ODS surgem buscando aplicar suas metas em todo o globo, tanto nos países do Norte Global, quanto nos países do Sul (CARVALHO; BARCELLOS, 2015) essa questão pode ser visto logo no processo de planejamento da agenda, enquanto os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio foram planejados em “portas fechadas” por especialistas (PNUD, 2016) os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável tiveram uma participação da sociedade civil sem precedentes, além de ampliar as noções de desenvolvimento sustentável, que até então era analisada apenas em três dimensões (CARVALHO; BARCELLOS, 2015).

Outro importante aspecto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ainda que o elevado número de metas e indicadores tenha sido alvo de críticas aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, na Agenda ODS essa questão se demonstrou positiva (CARVALHO; BARCELLOS, 2015) ao ponto que boa parte das metas estão interconectadas (FIGURA 4) e a agenda se torna muito mais plural que

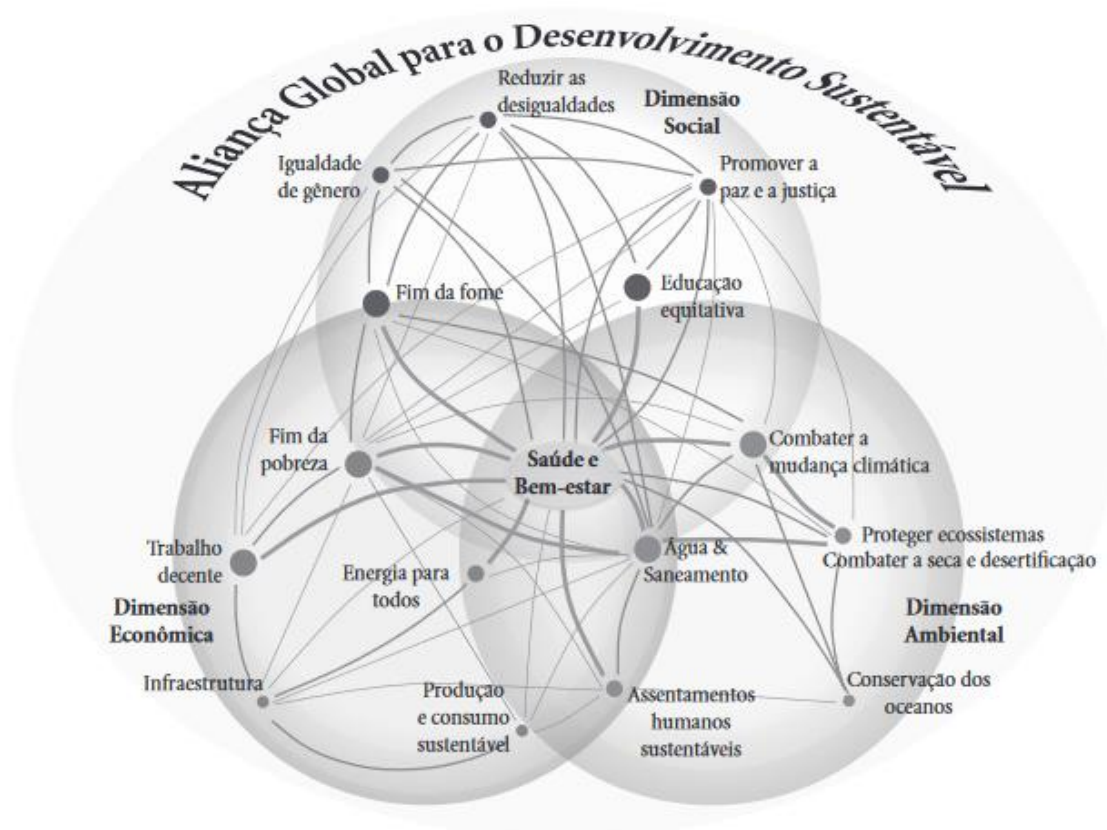
a sua antecessora, que continuava ligada à pobreza. Apesar disso, o elevado número de metas e indicadores torna mais árduo o trabalho de fiscalizar o cumprimento da agenda, ainda que a mesma tenha um caráter de *soft law*, isso é, nenhum país é de fato obrigado a segui-la, porém, o comprometimento apresentado na sua idealização gera um desconforto diplomático aos países que passem a não seguir a agenda (CARVALHO; BARCELLOS, 2015), porém, nesta questão os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável inovam ao trazer ao seio das implementações ligações com municípios, estados e até o setor privado, resultando até mesmo em metas específicas para alguns desses setores, como será analisado neste presente trabalho.

### FIGURA 3- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Fonte: PNUD, 2015



**Figura 4- Interconexão entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**



Fonte: (SENA et al, 2017)

Como previamente mencionado, a Agenda 2030 incluiu uma série de novos atores para realização dos seus objetivos e pela primeira vez em uma forma direta, as cidades e centros urbanos foram efetivamente incluídos dentro de uma agenda de desenvolvimento com um Objetivo do Desenvolvimento Sustentável próprio, sendo esse o objetivo número onze (ONU, 2016).

Ainda que diversas metas dos demais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável possuam de alguma forma uma ligação com cidades e centros urbanos, apenas o objetivo onze lida diretamente com as questões das cidades e comunidades sustentáveis, em uma diretriz bastante moldada pelas agendas voltadas para uma agenda urbana sustentável (ONU, 2016), fazendo com que a análise de suas metas e indicadores sejam bons modos de checar se o processo de implementação de políticas públicas urbanas está seguindo um preceito de sustentabilidade (HANSSON et al, 2019).

Por isso, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável se tornam a pedra angular para a fiscalização e entendimento de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade, inclusive políticas públicas de urbanização sustentável, em especial com o seu objetivo número 11 (HANSSON et al, 2019), que serve como um dos métodos mais eficazes de análise da implementação de políticas públicas de urbanização sustentável (SIMON et al, 2016), com base nisso, este presente trabalho ao fazer a análise das políticas públicas de urbanização sustentável, tomara como base o seu cumprimento com as metas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável número onze.

## **2 A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

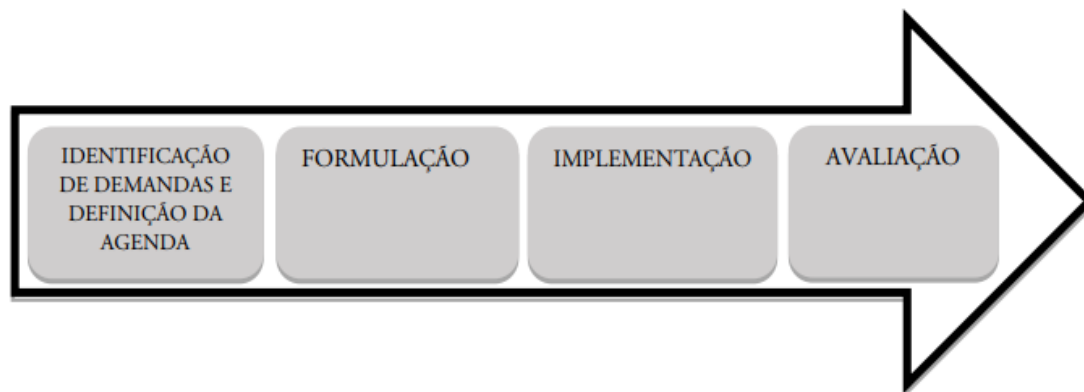
Com o entendimento da evolução das agendas de urbanização sustentável em um escopo internacional e o importante papel desempenhado pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para a checagem e formulação dessas políticas, neste presente capítulo será realizada a análise de como ocorre a implementação de políticas públicas em São Paulo e em Santiago, caminhando desde o entendimento de políticas públicas e seus possíveis modos de implementação, assim, abordando todo o processo necessário para o entendimento do estudo de caso apresentado neste presente trabalho.

No que tange ao entendimento de políticas públicas, elas surgem justamente no mesmo período em que se inicia o processo de construção do urbanismo, já que desde de que os primeiros assentamentos humanos começaram a se tornar complexos, uma organização central e burocrática passou a rege-los, medidas foram tomadas para a solução de problemas em uma sociedade específica, com o passar dos milênios e da evolução da concepção e atuação dos Estados, tal prática de tomar medidas para solucionar problemas sociais acabou, ainda que em um grosso modo, entendido como políticas públicas, ainda que muitos autores não concordem por completo, como é o caso de Boneti (2007, p.75) que entende Políticas Públicas na verdade como o resultado da dinâmica de um jogo de poder entre diversos atores sociais presentes em uma comunidade civil, de todo modo, os diferentes autores concordam que o ser humano já tomava decisões de políticas públicas desde antes começar a estudá-las.

Com o início desse estudo sobre políticas públicas durante o começo da segunda metade do Século XX, um dos principais modelos de análise foi o de ciclos, onde as políticas públicas são vistas de modo sequencial e divididas em três fases: formulação, implementação e avaliação (SECCHI, 2010) (Figura 5).



**FIGURA 5- Etapas da política pública**



Fonte: (Silva et al, 2017)

Na formulação é definido quais problemas merecem a intervenção, como serão solucionados e a tomada de decisão. A implementação funcionando como meio-termo, é a execução das decisões tomadas durante a fase de formulação e, por fim, a avaliação é a análise do impacto da política adotada. O presente trabalho terá como foco principal a implementação, como será explicitado ao longo do texto.

Dentro da fase de implementação, é importante também decidir quais os modelos de implementação serão escolhidos para a análise, já que existem dois modelos de implementação principais, o Modelo Top-Down e o Modelo Bottom-Up, ainda que alguns estudiosos reconheçam um modelo chamado de híbrido, ele não será focado no presente trabalho.

Antes de abordar por completo cada um dos principais modelos estudados, é importante ter uma definição mais clara de implementação *per se*, normalmente se aceita que esta fase pode ser definida como “o que acontece entre o estabelecimento de uma intenção do governo em fazer algo, ou deixar de fazer algo e o impacto final no mundo da ação” (O’Toole, 2000, p. 266). O que é importante ressaltar que as ideias iniciais de políticas e a sua execução constantemente sofrem mudanças, atrasos e até cancelamentos pelos mais diversos fatores possíveis, como orçamento, leis ou até eficiência burocrática. Portanto, é vital que uma boa implementação lide com temas relacionados com a especificação dos detalhes do programa, como quais agências ou

organismos executarão o mesmo, com a alocação de recursos e com o papel de quem e como serão tomadas as decisões.

Essa adição da implementação dentro da análise cíclica foi uma verdadeira revolução conceitual na área durante a década de 70, já que até então, ela não era reconhecida como um estágio independente no processo de tomada de políticas públicas, era acreditado que o papel da análise de políticas públicas se resumiam na decisão do governo de passar leis com determinado fim. Com os escritos de Pressman e Wildavsky (1973), o estudo da implementação como um estágio e, possivelmente, um dos mais importantes passou a ser amplamente difundido, a pesquisa dos autores se baseou em um estudo sobre um modelo de reforma da política social proposta pelo então presidente dos Estados Unidos da América, Lyndon Johnson, o programa surpreendentemente fracassou e Pressman e Wildavsky (1973), compreenderam que com a tamanha variável de atores envolvidos no processo com interesses próprios e capacidade de modificar o desenvolvimento do projeto, uma implementação bem-sucedida era mais surpreendentemente que uma que fracassou.

Ao longo do desenvolvimento dos estudos ligados com a implementação de políticas públicas na década de 70 e início da década de 80, como já foi previamente citado, os estudos eram voltados em um modelo que hoje chamamos de *top-down*, seguindo um caminho de estudos de maneira bastante hierárquica e cronológica sobre uma política específica e até onde os objetivos principais são atingidos durante a implementação.

Apesar do sucesso dessa narrativa, ela foi amplamente contestada no campo analítico e nas suas implicações normativas (Hill e Hupe, 2002), mas que na verdade a implementação não poderia ser simplificada em um processo hierárquico onde uma série de medidas definidas por um centro decisório encontrariam um espaço administrativo e sem grandes problemas para a sua efetuação. O modelo foi modificado de uma visão que era completamente ligada ao Estado e agora também analisa o impacto de organizações, fatores sociais e até entidades privadas durante todo o processo para a implementação, esse modelo também é descrito como um que melhor pode refletir as condições da sociedade atual, onde o Estado de fato perdeu parte da sua força dentro da dinâmica social.

Como elaborado por SILVA e MELO (2000) outro importante ponto para o entendimento da análise de implementação de políticas públicas são os

implementadores em si, onde os autores desenvolvem uma teoria baseada em quatro principais pontos acerca do papel e das dificuldades dos implementadores.

O primeiro ponto apontado por SILVA e MELO (2000) é que os implementadores e estudiosos de políticas públicas possuem uma limitação cognitiva gritante sobre o próprio tópico que buscam intervir. Isso se dá em maior parte pela complexidade dos problemas sociais onde, até mesmo, os próprios estudos de ciências sociais ainda não possuem uma base forte o bastante para explicar a situação envolvida. Os autores também dizem que “Em um nível mais operacional, tais limitações são produto dos constrangimentos de tempo e recursos com que operam os formuladores” (SILVA E MELO, 2000).

O segundo ponto é que os implementadores, além de possuírem uma racionalidade limitada sobre o tópico, também possuem uma limitação até óbvia sobre aspectos futuros, logo não podem prever modificações que afetem o *policy environment*.

O terceiro ponto se liga com a materialidade dos planos e projetos apresentados. Os autores descrevem como os planos ou programas fazem apenas uma delimitação nas ações que os agentes devem tomar dentro da implementação, por isso, surge um espaço para que os agentes tomem decisões que seriam consideradas discricionárias. Ressaltando que a estrutura burocrática padrão não se agrada com essas modificações, porém é o espaço para inovações e criatividade, de acordo com os autores.

Por fim, o quarto ponto se relaciona com as individualidades dos implementadores, todos os implementadores possuem paixões e interesses individuais acerca de programas e políticas na hora da implementação, porém, esses interesses individuais podem não ser os mesmos interesses do coletivo, portanto, os projetos precisam ser vistos como um experimento social. As concepções políticas do implementador se tornam um empecilho e serão necessariamente ruins para o projeto, já que diminuem a racionalidade técnica do programa.

Com este entendimento da dinâmica e historicidade da implementação e a extrema importância do implementador também, dois modelos principais se sobressaem tanto na construção histórica dos estudos de implementação de políticas públicas quanto na análise da mesma, como foi anteriormente enunciado, os modelos Top-Down e Bottom-up são pedra angulares para o entendimento da dinâmica de

implementação, por isso, entendê-los é tão importante quanto entender a própria noção de implementação.

## **2.1 Modelo Top-Down**

O modelo Top-Down, como proposto por PRESSMAN e WILDAVSKI (1973), estabelece que a decisão política é implementada por agentes do governo, sendo necessário um controle maior sobre os atores da implementação. Nessa visão, toda a implementação fica presa em uma visão burocrática focada em aspectos de operação da situação, buscando-se manter fiel ao projeto original.

É entendido pela análise de Mazmanian e Sebatier (1981) que as visões políticas e administrativas são distintas, por isso, a formulação ficaria presa em um mundo político do tomador da decisão, enquanto a implementação ficaria em um universo burocrático administrativo, assim, a implementação não necessita da ideia inicial do projeto, já que uma implementação política seria inviável, pois o contexto da implementação vai muito além do desejado no projeto político, já que conta com mudanças não esperadas que podem variar desde problemas com os burocratas até necessidades de reformulação do projeto inicial.

O modelo Top-Down interpreta as políticas como fatores *input* e a implementação como fatores de *output*. DeLeon (2001) diz que, por conta desse caráter previamente mencionado em que as decisões saem de tomadores de decisão do alto governo, o modelo pode ser descrito como um fenômeno de uma elite governante.

Um entendimento mais claro do modelo foi desenvolvido pelos pesquisadores Van Meter e Van Horn (1975), ao dividirem algumas variáveis que moldariam a relação entre a performance e a política, porém duas variáveis foram mais destacadas, uma que a amplitude das políticas adotadas tinha um impacto importante na probabilidade de sucesso da implementação e também que uma mudança política só era possível se entre os atores da situação existisse um alto consenso sobre o objetivo escolhido. É importante ressaltar que em sua obra os autores tinham como um interesse maior escreverem uma base para pesquisadores do que um aconselhamento aos tomadores de decisão de fato.

## **2.2 Modelo Bottom-Up**

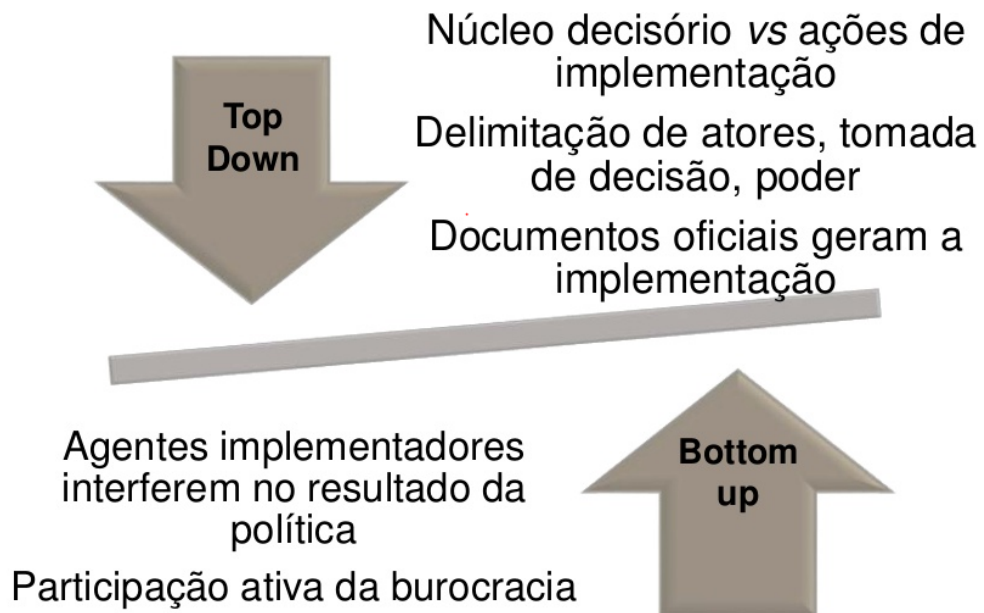
Alguns teóricos passaram a observar que as políticas públicas em sua implementação por vezes iam contra a ideia original apresentada e, por vezes, nem chegavam a ser executadas, nesse contexto, diversos estudiosos deixaram de focar a sua atenção nos objetivos iniciais da implementação em um universo onde o político e o administrativo fossem separados por completo e passaram a focar nos atores envolvidos nessa implementação de política pública, logo o Modelo Bottom-Up surge como uma crítica ao entendimento do Modelo Top-Down sobre a realidade presente e como até mesmo os atores mais avulsos poderiam ter um grande impacto na implementação.

Essa abordagem acredita que as soluções não partem do mais alto nível de uma burocracia para resolver os seus problemas, na verdade, eles acreditam que as soluções partem, especialmente, de burocratas de rua para solucionar problemas do dia-a-dia.

Os burocratas de rua, como definido por Lipsky (1971) são os funcionários públicos que encontramos no nosso dia-a-dia como professores, policiais, médicos e afins e a importância deles dentro do modelo bottom-up é justamente que tais funcionários são os primeiros a enfrentarem, tanto o problema quanto a solução adotada para eles, desse modo, os membros desse grupo laboral podem adaptar as medidas de implementação pensadas por um membro de alto escalão do governo para uma que melhor convenha aos seus interesses. A pesquisa de Lipsky (1971) se destacou justamente por incluir estratégias que pudessem focar nesses burocratas de rua e, desse modo, melhor implementar a política de acordo com o desejo inicial, assim como demonstrou uma certa fraqueza no modelo top-down ao demonstrar que esse modelo hierárquico não necessariamente funcionava bem e que até uma política com objetivos bem definidos não dariam uma certeza de implementação exitosa se alguns fatores considerados por menores fossem deixados de lado.

**Figura 6- Comparação entre modelo Top Down e Bottom-Up**

## Implementação



Fonte: (ENAP, 2016)

Como exemplificado pela figura, os modelos Top-Down e Bottom-Up demonstram uma clara divergência entre si na sua concepção de atores principais para o processo de implementação.

Tendo ciência de tais métodos de análise, o entendimento de processos burocráticos e atuação de atores durante as fases de concepção e implementação de políticas públicas se torna mais claro e eficaz. Por conta disso, os próximos tópicos deste capítulo serão de forma a compreender como se implementam as políticas públicas na cidade de São Paulo e na cidade de Santiago do Chile, em especial as políticas públicas ligadas com a urbanização, buscando entender o processo institucional, burocrático e legal que cada uma das cidades se encontra. Além de buscar explicar o modo que cada uma das cidades buscou institucionalizar e como operam em relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e políticas públicas aplicadas a eles.

## **2.3 Implementação de Políticas Públicas em São Paulo**

Antes de se iniciar qualquer possível abordagem sobre o modelo de implementação de políticas públicas aplicado na cidade de São Paulo, se é obrigado a antes fazer um recorte contextual no qual São Paulo está inserida, esse contexto se dá na questão de análise do estado de São Paulo e ao Brasil com a sua estrutura política própria e divisão de poderes e governos provenientes do federalismo brasileiro.

O federalismo brasileiro ocupa um importante papel no que tange às políticas públicas e quais grupos devem implementá-las, em especial após a Constituição Cidadã de 1988 (ARRETCHE, 2006) no que se refere às competências concorrentes e comuns estabelecidas pela constituição brasileira aos entes federativos, faz com que o Brasil seja considerado um dos países mais descentralizado do mundo, se não o mais descentralizado (ARRETCHE, 2006).

Essa forte descentralização acabou servindo de incentivo para uma ampliação de atuação dos municípios em questões de políticas públicas voltadas para questões sociais, como explicado por CAVALCANTE (2014):

“Em todas as áreas, embora em graus distintos, há consenso acerca da estratégia de municipalização dos serviços sociais básicos. A tendência de enfatizar os municípios como principais provedores de serviços públicos em lugar dos estados é tanto uma inovação quanto uma consequência do federalismo brasileiro. A proximidade maior para obter informações sobre as preferências e necessidades da população local, bem como a magnitude do território nacional são considerados fatores centrais na opção da execução das políticas públicas via municípios”. (CAVALCANTE, 2014, p.240)

Porém, mesmo com uma limitação de atuação do Governo Federal por conta de questões constitucionais, o mesmo ainda possui instrumentos de coordenação, influência e até mesmo controle em alguns processos tanto de formulação quanto de implementação de políticas públicas. Tais questões estão ligadas com problemas orçamentários, advindos de questões fiscais e tributárias, que acabam colocando as cidades brasileiras em uma posição bastante desprivilegiada, além disso, também

existem motivações políticas advindas do sistema de coalizões políticas existente no Brasil, embora esses em menor escala (ARRETCHE, 2006).

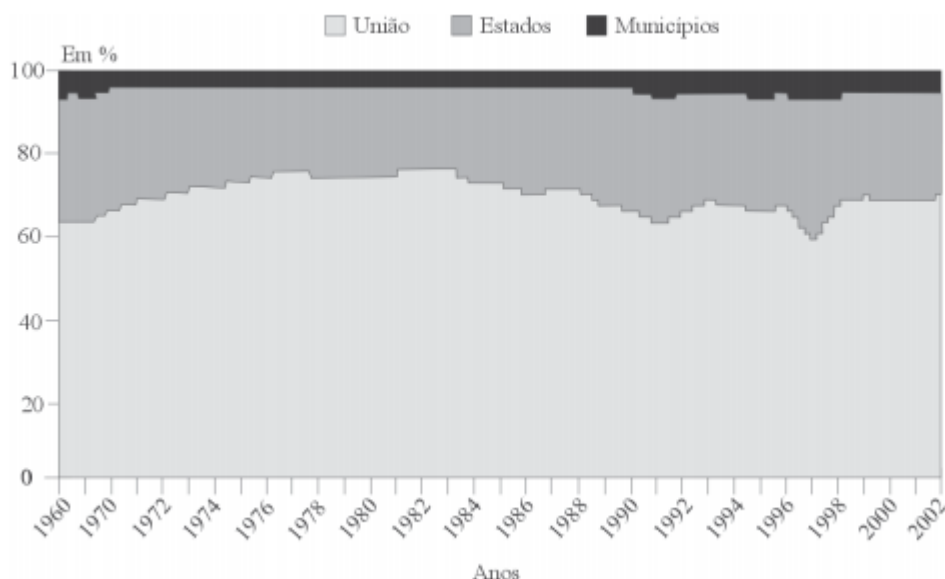
### *2.3.1 A questão fiscal e tributária no Brasil*

O federalismo brasileiro desde o seu surgimento buscou discriminar as fontes tributárias, em impostos exclusivos da União e outros exclusivos do Estado (ARRETCHE, 2006), com a constituição de 1988, os municípios passam a integrar este hall tributário dos entes federativos, porém, ainda que eles passem a ter arrecadação própria, se percebe uma problemática no sistema tributário brasileiro nesse aspecto (ARRETCHE, 2006).

O atual sistema tributário do Brasil faz com que a arrecadação seja bastante concentrada (ARRETCHE, 2006), em dados gerais, cinco impostos principais são os responsáveis por mais de setenta por cento de toda a arrecadação total no país, desses cinco, quatro deles são arrecadados pela União. Em dados de 2002, um total de 70,1% da arrecadação tributária no país foi realizada pela União, 25,5% pelos Estados e apenas 4,3% pelos municípios (FIGURA 7), demonstrando uma clara desigualdade de arrecadação entre os entes federativos, onde os municípios embora estejam embutidos de bastante liberdade, possuem uma pequena arrecadação, ainda que a cidade foco deste trabalho, que é São Paulo, não sofra com problemas de arrecadação como outros municípios brasileiros, ela ainda encontra algumas influências da União e do Estado durante a formulação e implementação de suas políticas públicas (ARRETCHE, 2006).



**FIGURA 7- Participação dos entes federativos na arrecadação tributária entre 1960-2002**

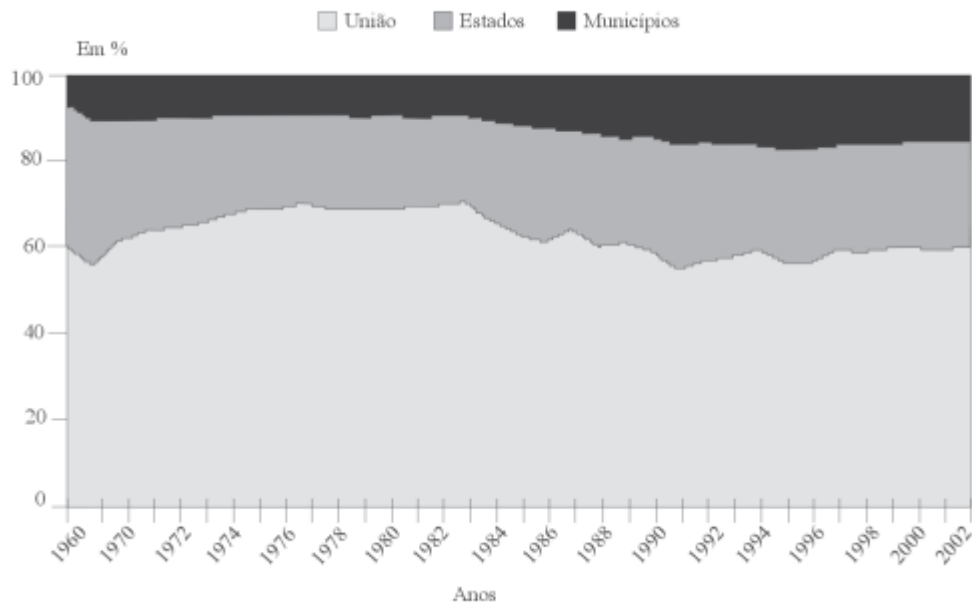


Fonte: Arretche (2006).

Como demonstrado pelo gráfico, a participação dos municípios no total de arrecadação tributária no Brasil historicamente se apresenta extremamente baixa, por isso, desde a constituição de 1946 se foi criado um mecanismo de transferência fiscal, que foi perpetuado com a constituição de 1988 (ARRETCHÉ, 2006). O Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios, propostos pela Constituição Federal de 1988, recebem 44% da soma dos maiores impostos federais e gozam de uma certa liberdade para aplicação própria deste dinheiro transferido, desde que se respeite o gasto obrigatório mínimo com educação e saúde (ARRETCHÉ, 2006).

Ainda que esse sistema de Fundo de Participação garanta a transferência para os municípios e estados, se percebe que os grandes beneficiados no total transferido foram os municípios, já que, segundo Arretche (2006) do total de receita disponível, isso é, o valor arrecadado e o valor transferido, a União ficou com 60% do valor total, os municípios arrecadaram mais 15% e os estados permaneceram no mesmo patamar que estavam antes da realização da transferência tributária (FIGURA 8). Porém, esta transferência vai, em especial, para pequenos municípios, em 1997 se estimou que 91% da receita total da transferência para municípios com menos de 5000 habitantes.

**FIGURA 8- Participação dos entes federativos na receita total disponível**



Fonte: Arretche (2006)

Assim, se percebe que uma generosa parte da receita total dos municípios se dá por transferências por parte da União e ainda que os municípios dotem de independência no uso desses recursos (excetuando o já mencionado gasto obrigatório com educação e saúde), se percebe uma influência do Governo Federal para questões sociais dentro da atuação dos municípios, em especial com as ditas prioridades nacionais (ARRETCHE, 2006).

Além de uma possível influência por motivos tributários, dentro do federalismo brasileiro também existem influências por questões puramente políticas (ARRETCHE, 2006). Dentro de um sistema descentralizado, como o federalismo brasileiro, se percebe a atuação de instituições democráticas voltadas para uma tentativa de centralização e os partidos são algumas dessas principais instituições (ARRETCHE, 2006). No contexto brasileiro em especial, embora se observe uma preponderância de partido, o que possivelmente limitaria uma concentração partidária, existe o sistema de coalizão de governo, onde alguns chefes do executivo podem ter uma base que cubra até 2/3 do total de partidos existentes no cenário brasileiro (ARRETCHE, 2006), assim, tais coalizões compensariam os “efeitos centrífugos” provenientes do federalismo e podem levar a um alinhamento se os Municípios, Estado e União

estiverem sobre a mesma coalizão ou até mesmo a um afastamento caso os partidos sejam contrários (ARRETCHE, 2006).

Assim, se percebe que ainda que os Municípios tenham uma independência constitucional, na prática eles ainda possuem fortes ligações com outros entes por motivos político-partidários e econômicos, assim, Municípios não seguem uma lógica independente durante a formulação e implementação de suas políticas públicas (ARRETCHE, 2006).

O caso de São Paulo ilustra a ligação entre um interesse da União e uma implementação por parte dos municípios (BALBIM, 2018). Durante a Habitat III, o Plano Diretor Estratégico de São Paulo (Lei 16.050/201) foi levado pela delegação brasileira como um caso nacional de sucesso na construção de uma agenda urbana mais sustentável. Assim, levando uma certa dosagem de prestígio para os participantes da delegação brasileira, que estavam ativos no processo da construção dessa nova agenda (BALBIM, 2018).

Outra importante medida adotada pela cidade de São Paulo proveniente de uma bandeira política da União, foi a de vanguarda no Brasil em que tange os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (BALBIM, 2018). Tal vanguarda pode ser melhor representada quando no dia cinco de junho de 2017, o então prefeito de São Paulo, João Dória, cria a Comissão Municipal para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Esta Comissão Municipal foi a primeira em uma capital brasileira voltada para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (SINESP, 2017). Levando a uma institucionalização municipal no que tange aos ODS, em especial, na sua implementação, tudo graças ao Decreto 57.718, responsável pela criação da Comissão e regulamentação das suas atividades, com o intuito de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 (SÃO PAULO, 2017).

Essa Comissão é formada por vinte e cinco representantes da administração pública da cidade, um titular e um suplente de cada secretaria da cidade e outros vinte e cinco conselheiros oriundos da sociedade civil, porém, é um cargo não remunerado aos membros da sociedade civil e os representantes são escolhidos através de um processo de seleção pública onde o órgão que coordena todo esse processo é a Secretaria Municipal de Verde e Meio-Ambiente (SÃO PAULO, 2017).

As competências centrais da Comissão também se mostram importantíssimas para a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como se pode destacar:

“Art. 2º À Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável compete:

- I - Elaborar plano de ação para implementação da Agenda 2030;
- II - Propor estratégias, instrumentos, ações e programas para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS;
- III - acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos ODS e elaborar relatórios periódicos;
- IV - Elaborar subsídios para discussões sobre o desenvolvimento sustentável em fóruns nacionais e internacionais;
- V - Identificar, sistematizar e divulgar boas práticas e iniciativas que colaborem para o alcance dos ODS;
- VI - Promover a articulação com órgãos e entidades públicas para a disseminação e a implementação dos ODS no âmbito municipal”. (SÃO PAULO, 2017) ”

Assim, se percebe que a Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável possui um papel central na implementação de políticas públicas dentro da cidade de São Paulo, já que a mesma é responsável pelo plano de ação para a implementação, assim como o acompanhamento e monitoramento da implementação de tais políticas (SÃO PAULO, 2017).

Assim, se percebe que no campo de análise deste presente capítulo (que é focado na capacidade de implementar), a cidade de São Paulo goza de uma liberdade constitucional para a implementação de políticas de sua preferência, ainda que por vezes se alinhe com posicionamentos dos outros entes federativos (ARRETCHE, 2006), também se é possível analisar que São Paulo, institucionalmente criou mecanismos para a implementação de políticas públicas voltadas para o Objetivo Sustentável, porém, apenas no próximo capítulo deste presente trabalho será feita a análise se tal Comissão Municipal está sendo eficaz na implementação de políticas públicas voltadas para a urbanização sustentável baseadas no ODS de número onze, porém, já ciente dos meios institucionais da cidade para a implementação do mesmo.

## **2.4 A Implementação de Políticas Públicas em Santiago**

Assim como no caso da cidade de São Paulo, para se iniciar qualquer possível análise de como se implementam políticas públicas na cidade de Santiago, é

fundamental explicar a estrutura governamental que existe no Chile, bem como seus aspectos constitucionais e burocráticos.

Como foi elaborado, a constituição brasileira nasce como uma resposta cívica e cidadã aos sangrentos e autoritários anos em que o país esteve durante uma ditadura militar, já o Chile, seguiu um caminho oposto (OEA, 2018). Após o golpe de 1973 para a remoção de Salvador Allende da presidência (o mesmo cometeu suicídio durante o golpe), o General Augusto Pinochet autoritariamente assume o comando do país, revogando a constituição presente e presidindo em forma de Decretos-Leis (OEA, 2018), até que no ano de 1980, a Junta Militar do Governo aprova a “Constituição de 1980”, que entraria parcialmente em vigor em 1981.

Essa Constituição em sua essência sofreu uma forte influência dos pensamentos neoliberais que rondavam o Chile durante a era Pinochet (ainda que seja contraditório um liberalismo em uma ditadura), estabelecendo o país iria possuir um regime político presidencialista em que o Estado apenas ocuparia papéis subsidiários na economia, gerando uma proteção às garantias individuais em questões de atividade econômica e direito à propriedade, porém deixando de lado diversas garantias sociais (OEA, 2018).

A Constituição de 1980 ainda é vigente no Chile, assim, todo o ordenamento constitucional e jurídico do país oriundo dela (OEA, 2018). Nas definições gerais, a constituição garante o Chile como uma república democrática, cujo Estado é unitário e o seu território dividido em treze regiões (FIGURA 9), cinquenta e uma províncias e trezentos e quarenta e duas comunas (OEA, 2018).

Cada uma das regiões é governada por um Intendente, sendo esse um representante do Presidente da República, onde a administração fica a cargo do Governo Regional que é chefiada pelo Intendente e por um Conselho Regional, servindo como um órgão fiscalizador (CHILE, 1980). Nesse aspecto regional, surgem as Secretarias Regionais de Planejamento e Coordenação, responsáveis por funções administrativas dentro de cada uma das regiões, as mesmas são subordinadas aos Intendentes (CHILE, 1980).

As Províncias são governadas por um Governador, onde este é subordinado ao Intendente, porém a sua administração é desconcentrada do Intendente. Dentro das províncias se encontram instâncias de representação consultiva, como o Conselho Econômico e Social Provincial, presididas pelo Governador (CHILE, 1980).

Por fim, as Comunas, são presididas pelo Prefeito como uma autoridade superior e por um Conselho, que é presidido pelo Prefeito que funciona de forma resolutiva, nominativa e fiscalizador. Tanto o Prefeito quanto o Conselho são escolhidos por uma eleição livre e democrática. Além disso, cada Comuna possui um Conselho Econômico e Social, que é consultivo e representa as camadas sociais populares (CHILE, 1980).

Dentro desse aspecto burocrático se encontra a cidade de Santiago, dentro da Região Metropolitana, ela se divide em seis províncias e em cinquenta e duas comunas (CHILE, 1980). Assim, a “Grande Santiago” é considerada apenas a Província de Santiago, com as suas trinta e uma comunas (FIGURA 10) sendo apenas a Província de Santiago o objeto de análise deste presente trabalho.

**FIGURA 9: Divisão Regional do Chile**



Fonte: Governo do Chile, (2018).

**FIGURA 10- Província de Santiago e suas comunas**



Fonte: Governo do Chile, (2018).

Ainda que a estrutura burocrática no Chile tenha mais divisões administrativas que o Brasil, o que se percebe é uma maior centralização no modelo chileno, em especial na Região Metropolitana, que abriga quase metade da população do país (GAMBI, 2016).

Esse cenário constitucionalmente centralizado logo sofreu suas primeiras modificações com o fim da ditadura militar chilena em 1990, ainda que a transição para a democracia tenha ocorrido de forma comedida, a população chilena se energizava de anseios democráticos e, nesse mesmo ano, surge a Política de Modernização da Gestão Pública (PMGP), ainda que a mesma tenha um caráter tecnocrata, seu interesse era em incrementar a efetividade do Estado na implementação de políticas públicas, em especial, políticas cujo os efeitos levariam ao bem-estar da população (GAMBI, 2016).

Vale ressaltar que a Política de Modernização da Gestão Pública também bebia dos ideais neoliberais ao defender que o Estado deveria passar a agir e ser administrado como empresas do setor privado (GAMBI, 2016). Com esses ideais neoliberais dentro da administração pública, o Chile rapidamente caminhou para um sistema onde a participação popular fosse mais presente dentro da implementação de políticas públicas, além do seu financiamento conjunto (DELEMAZA, 2016). Um dos principais programas dessa época foi o “Pavimentos Participativos”, onde cidadãos de comunidades pobres financiavam conjuntamente com a sua comuna a pavimentação das ruas do seu bairro, já que os recursos do Estado eram insuficientes para suprir todas as demandas (DELEMAZA, 2016), tal participação em maior parte no campo comunal.

Com o início dos anos 2000, o Chile também inicia uma nova era governamental, agora com o Presidente Ricardo Lagos (2000-2006) e o tema de participação cidadã na implementação de políticas públicas ganha uma maior força dentro do cenário nacional, em especial com um Plano Governamental que recorria parte de suas diretrizes de implementação de políticas públicas para um Conselho Cidadão (CHILE, 2001), que tinha membros da sociedade civil como parte consultiva para uma implementação de políticas e reformas de Estado (DELEMAZA, 2016).

Com o fim do Governo Lagos, Michelle Bachelet é eleita presidente, com um passado bastante vinculado com movimentos sociais e luta contra a ditadura, Bachelet busca fazer uma série de reformas que tornassem a República do Chile mais inclusiva e cidadã, inclusive tomando medidas que buscavam essa inclusão, como descrito por DELEMAZA (2016):

O governo de Michelle Bachelet publicou uma nova instrução presidencial, referindo-se a quatro mandatos válidos para todos os ministérios: a) estabelecer regulamentos gerais sobre participação cidadã; b) prestar contas anuais da gestão e execução orçamentária; c) criar mecanismos para estabelecer Conselhos Consultivos da Sociedade Civil, e d) disponibilizar seus planos, programas e projetos ao público. (Tradução própria) (DELEMAZA, 2016).

Com a forte ascensão e institucionalização da participação comunitária no cenário de políticas públicas do Chile, em 2011 foi criada a Lei 20.500 (CHILE, 2011)



que buscava garantir uma maior eficiência da participação social dentro do processo de decisão do Estado, assim como, uma maior adequação da implementação de políticas públicas em uma forma conjunta de fiscalização com grupos sociais e comunitários (DELEMAZA, 2016). Em agosto de 2014, a Lei 20.500 recebeu uma adição da criação de um Conselho Nacional da Participação Cidadã, além de audiências e diálogos públicos. O Conselho de Participação Cidadã foi implementado no segundo semestre de 2015, sendo um dos primeiros pontapés do Chile para a implementação da Agenda 2030 (DELEMAZA, 2016).

Logo após a criação do Conselho de Participação Cidadã, o Chile em sua campanha de promoção da Agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável cria outro conselho, o Conselho Nacional para a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (CHILE AGENDA 2030, 2016) como parte de um objetivo nacional sobre desenvolvimento sustentável. Por conta das leis de participação cidadã, este Conselho foi criado para atuar junto com comissões e grupos de trabalho (FIGURA 11), ligados à sociedade civil, para implementar tais políticas em níveis comunais (CHILE AGENDA 2030, 2016).

**FIGURA 11- Estrutura do Conselho de Implementação da Agenda 2030**



Fonte: Chile Agenda 2030, 2016.

Logo, apesar de possuir uma agenda de implementação e fiscalização ligada com a sociedade civil em níveis comunais, o que se percebe é que o Governo do Chile pelas estruturas burocráticas é o grande idealizador e implementador das políticas em níveis regionais e provinciais, no qual se encontra a cidade de Santiago, já que, diferentemente do Brasil que é uma República Federalista, o Chile acaba por gozar de um centralismo proveniente do seu unitarismo (DELEMAZA, 2016), assim, o Governo Central é grupos sociais são os grandes atores de política pública no país.

### 3. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ALINHADAS AO ODS 11

Com o entendimento das principais agendas de urbanização sustentável e como se dão as implementações de políticas públicas em São Paulo e em Santiago, como foi apresentado nos capítulos anteriores, este presente capítulo terá como foco principal a análise dessa possível implementação de políticas públicas de urbanização sustentável em São Paulo e em Santiago.

O indicador escolhido para a análise será o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável número 11: “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, em especial, por carregar os principais valores de uma nova agenda urbana, além de possibilitar um bom nível de fiscalização de checagem de suas metas. Assim, por fatores metodológicos, apenas as dez metas do Objetivo Onze (QUADRO 2) serão levantadas para esta análise, visto que os indicadores exigiriam um aprofundamento técnico que não será o foco deste presente trabalho.

Assim, a análise ocorrerá de forma em que os projetos apresentados nos Planos de Implementação de São Paulo e Santiago serão analisados e vistos quais se encaixam em algumas das metas do Objetivo número onze, vendo o seu impacto e quem foi ou está sendo o responsável pela a sua implementação.

**Quadro 2- Metas do ODS 11**

Meta	Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11
11.1	Até 2030, garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas
11.2	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos
11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países
11.4	Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo
11.5	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto

	global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade
11.6	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros
11.7	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência
11.a	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento
11.b	Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação à mudança do clima, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis
11.c	Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e robustas, utilizando materiais locais

Fonte: Agenda 2030, 2016.

Com isso, este capítulo será dividido em duas partes principais, uma dividida para a análise de implementação de políticas públicas relacionados às metas do ODS 11 em São Paulo e outra para Santiago. Assim, cada uma das dez metas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável Onze será levada em consideração, sendo realizada a análise de quais atores estão responsáveis pela a implementação (caso esteja ocorrendo), assim como está se dando o projeto para a implementação da mesma e como se encaixam dentro do ODS 11.

### 3.1 Implementação do ODS 11 em São Paulo

Para a realização da análise das políticas públicas voltadas para urbanização dentro da cidade de São Paulo este trabalho tomou como base o Plano de Metas da Cidade de São Paulo de 2017 até 2020, que são todos os compromissos pactuados pelo corpo político e burocrático da cidade para a implementação das mais diversas políticas públicas, assim como sua fiscalização pelo PlanejaSampa, uma plataforma virtual que é atualizada semestralmente, permitindo que a população tenha capacidade de fiscalizar a implementação das metas.

Já o encaixe das metas dentro do ODS onze se dá por busca e checagem de palavras chaves dentro de cada um dos eixos centrais do Programa. Ele conta com cinco eixos: Eixo de Desenvolvimento Social; Eixo de Desenvolvimento Humano; Eixo de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; Eixo de Desenvolvimento Econômico e Gestão; Eixo de Desenvolvimento Institucional. Muito embora o Eixo de Desenvolvimento Urbano e de Meio Ambiente seja o mais condizente com as metas apresentadas pelo ODS 11.

### 3.1.1 Meta 11.1

Dentro de políticas públicas voltadas para uma habitação segura, adequada e acessível, foram encontrados três projetos sendo implementados de acordo com o Plano de Metas da cidade de São Paulo, com vigência até o ano de 2020 (PLANO DE METAS 2017-2020, 2017).

O primeiro destes projetos é o Casa da Família, este projeto busca garantir acesso à casa própria para mais de 24 000 famílias, seja por construção ou por reforma de Unidades Habitacionais. Ainda que a Prefeitura Municipal de São Paulo seja a única responsável pela implementação do projeto, ele é extremamente dependente de recursos advindos do Estado e da União (FIGURA 12), assim como comprovado pela sua execução orçamentária, onde o município foi o que menos contribuiu financeiramente para a implementação do projeto no ano de 2017 e 2018 (FIGURA 13).

**FIGURA 12- Orçamento projeto Casa da Família**

	Recursos próprios	Outros recursos
<b>Investimento</b>	R\$ 1.521,08 milhões	R\$ 2.770,5 milhões
<b>Custeio</b>	R\$ 0,0 milhões	R\$ 0,0 milhões

Fonte: PlanejaSampa, 2019.

**FIGURA 13- Execução orçamentária do Casa da Família**

	2017			2018		
	Recursos próprios	Outros recursos	Total	Recursos próprios	Outros recursos	Total
<b>Investimento</b>	R\$ 53,40 milhões	R\$ 459,77 milhões	R\$ 513,17 milhões	R\$ 44,35 milhões	R\$ 860,81 milhões	R\$ 905,16 milhões
<b>Custeio</b>	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 8,48 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 8,48 milhões
<b>Total</b>	R\$ 53,40 milhões	R\$ 459,77 milhões	R\$ 513,17 milhões	R\$ 52,83 milhões	R\$ 860,81 milhões	R\$ 913,64 milhões

Fonte: PlanejaSampa, 2019.

O processo até então foi um sucesso, onde até março de 2019 a Prefeitura Municipal de São Paulo conseguiu entregar mais de 24900 Unidades Habitacionais (FIGURA 14), demonstrando o sucesso da implementação deste projeto.

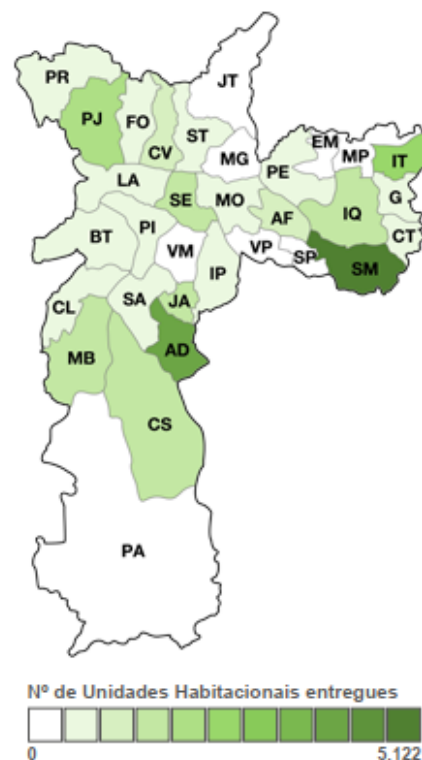
**FIGURA 14- Número de Unidades Habitacionais entregues em São Paulo**



Nº de Unidades Habitacionais entregues para atendimento da demanda de habitação de interesse social, via aquisição ou locação social.

Prefeitura Regional	Valor 2017-2020
Aricanduva (AF)	608
Butantã (BT)	302
Campo Limpo (CL)	259
Capela do Socorro (CS)	1.188
Casa Verde (CV)	606
Cidade Ademar (AD)	3.860
Cidade Tiradentes (CT)	200
Ermelino Matarazzo (EM)	
Freguesia/Brasília (FO)	228
Guaianases (G)	200
Ipiranga (IP)	480
Itaim Paulista (IT)	2.300
Itaquera (IQ)	1.524
Jabaquara (JA)	1.486
Jacupã/Tremembé (JT)	
Lapa (LA)	181
M'Boi Mirim (MB)	1.404
Mooca (MO)	245
Parelheiros (PA)	

Prefeitura Regional	Valor 2017-2020
Penha (PE)	454
Perus (PR)	432
Pinheiros (PI)	332
Pirituba/Jaraguá (PJ)	1.696
Santana/Tucuruvi (ST)	296
Santo Amaro (SA)	300
São Mateus (SM)	5.122
São Miguel Paulista (MP)	
Sapopemba (SP)	
Sé (SE)	1.297
Vila Maria/Vila Guilherme (MG)	
Vila Mariana (VM)	
Vila Prudente (VP)	
A definir	
Suprarregional	



Fonte: Plano de Metas 2017-2020, 2019.

O segundo projeto sendo implementado é o Programa de Regularização Fundiária, que assim como o Casa da Família, é extremamente dependente do aporte financeiro do Estado e da União (PlanejaSampa, 2019). O objetivo principal deste programa é em regularizar assentos informais e conjuntos habitacionais públicos,

levando a uma melhoria de vida para as comunidades beneficiadas, visto que elas não mais sofrerão com uma insegurança em relação à propriedade da terra. Ainda que não possua um número final como meta, até março de 2019 a Prefeitura Municipal de São Paulo já regularizou a situação de duzentos e quatro mil Unidades Habitacionais em todas as regiões da cidade de São Paulo.

Por fim, o terceiro projeto é o de Urbanização Integrada em Assentamentos Precários, este programa é focado para se articular com o Programa de Regularização Fundiária, realizando obras de complementação ou implantação de infraestruturas que levassem a melhoria das condições urbanísticas de assentamentos precários. Assim como os outros programas apresentados, o Programa de Urbanização Integrada em Assentamentos Precários é extremamente necessidade de recursos do governo do estado de São Paulo e da União, porém, com o cancelamento do Programa de Aceleração do Crescimento em 2017, por parte do Governo Federal, o mesmo encontrou dificuldades para a implementação do mesmo (PLANEJASAMPA, 2019), isso pode ser percebido em um certo atraso para a execução do projeto (FIGURA 15), que visa alcançar 10833 famílias até o ano de 2020.

**FIGURA 15- Famílias alcançadas com o programa de Urbanização Integrada em Assentamentos Precários**

	Valor Base	2017		2018		2019		2020		Projeção para 2017-2020
		1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	
Valores acumulados		0	0	0	2615					10833
Valores por período	-	0	0	0	2615					

Fonte: PlanejaSampa, 2019

Assim, se percebe que para políticas públicas voltadas para questões habitacionais, a Prefeitura Municipal de São Paulo encontra problemas relacionados ao financiamento de suas políticas públicas, em especial com uma dependência da União, que podem levar a um ritmo mais lento de implementação, ainda que a mesma esteja ocorrendo e seus resultados se mostrem otimistas.

### 3.1.2 Meta 11.2

Em relação às políticas públicas voltadas para um acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis pode se destacar na cidade de São Paulo em seu Plano de Metas 2017-2020 quatro projetos principais (PLANO DE METAS 2017-2020, 2019).

O primeiro desses programas é o Trânsito Seguro, projeto voltado para a educação no trânsito, além de fazer incentivos ao respeito das normas de trânsito, já que existe uma correlação entre o número de infração de trânsito e o de acidentes (PLANO DE METAS 2017-2020, 2019). Tal programa possui um caráter em especial educador que visa reduzir o número de acidentes de trânsito na cidade de São Paulo, desse modo, garantindo uma convivência harmônica entre usuários de diferentes modais de transporte. Vale ressaltar que em sua implementação, todo o fundo disponível na execução é proveniente da cidade de São Paulo (FIGURA 16), sem a participação de outros entes federativos ou parcerias com o setor privado.

**FIGURA 16- Execução Orçamentária do Trânsito Seguro**

	2017			2018		
	Recursos próprios	Outros recursos	Total	Recursos próprios	Outros recursos	Total
<b>Investimento</b>	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões
<b>Custeio</b>	R\$ 13,98 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 13,98 milhões	R\$ 22,15 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 22,15 milhões
<b>Total</b>	R\$ 13,98 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 13,98 milhões	R\$ 22,15 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 22,15 milhões

Fonte: PlanejaSampa, 2019

O segundo projeto apresentado dentro do Plano de Metas é o Ciclomobilidade, projeto voltado para a aumentar o número de usuários de bicicletas dentro da cidade de São Paulo, de modo efetivo e acessível, buscando uma interconexão com o transporte público, assim, a prefeitura de São Paulo integrou o bilhete único de transporte com acesso para bicicletas compartilhadas que estão sendo distribuídas em estações de metrô e terminais rodoviários (PLANEJASAMPA, 2019), buscando acessibilidade e integração entre bicicletas e outros meios de transporte públicos.

O terceiro programa em implementação para as questões de transporte urbano é o Projeto Mobilidade Inteligente, um programa voltado para o desenvolvimento de



avaliação do sistema de transporte público, assim como o apoio de tecnologias ligadas com mobilidade. Este programa está ligado com o MobiLab (Laboratório de Inovação em Mobilidade da cidade de São Paulo) no financiamento de StartUps destinadas para solução de problemas em mobilidade, assim, fazendo uma parceria com o setor privado, ainda que na execução orçamentária do projeto, a Prefeitura de São Paulo esteja utilizando apenas recursos próprios (FIGURA 17), valendo ressaltar que a sua implementação de fato iniciou no ano de 2018.

**FIGURA 17- Execução orçamentária do Mobilidade Inteligente**

	2017			2018		
	Recursos próprios	Outros recursos	Total	Recursos próprios	Outros recursos	Total
<b>Investimento</b>	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 2,74 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 2,74 milhões
<b>Custeio</b>	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões
<b>Total</b>	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 2,74 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 2,74 milhões

Fonte: PlanejaSampa, 2019.

O quarto e último projeto voltado para acesso a sistemas de transporte presentes no Plano de Meta de São Paulo é o projeto Cidade Conectada, esse programa busca construir projetos de infraestrutura do sistema viário de transporte público, aumento a integração e fluxo de passageiros de modo seguro, rápido e acessível (PLANEJASAMPA, 2018).

O Cidade Conectada é extremamente dependente de recursos provenientes do Estado e da União, recursos esses que respondem pela maior parte apresentada na execução do projeto (FIGURA 18), visto que as reformas realizadas para construção de corredores de ônibus são custosas.

**FIGURA 18- Execução Orçamentária do Cidade Conectada**

	2017			2018		
	Recursos próprios	Outros recursos	Total	Recursos próprios	Outros recursos	Total
<b>Investimento</b>	R\$ 7,82 milhões	R\$ 22,83 milhões	R\$ 30,65 milhões	R\$ 9,63 milhões	R\$ 14,80 milhões	R\$ 24,43 milhões
<b>Custeio</b>	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões
<b>Total</b>	R\$ 7,82 milhões	R\$ 22,83 milhões	R\$ 30,65 milhões	R\$ 9,63 milhões	R\$ 14,80 milhões	R\$ 24,43 milhões

Fonte: PlanejaSampa, 2019.

Assim, percebe-se que a parceria entre os diferentes entes federativos está sendo um positivo fator para a implementação do Cidade Conectada, garantindo até março de 2019 a ampliação de corredores de ônibus em onze diferentes regiões da cidade de São Paulo (PLANEJASAMPA, 2019).

Assim, é possível perceber que São Paulo está implementando uma série de políticas para ampliar e tornar mais acessível o sistema de transporte público, contando com uma série de apoio, desde orçamentário por parte do Estado e União no Cidade Conectada, até apoio técnico do setor privado com o financiamento de StartUps no projeto Mobilidade Inteligente, portanto, é possível analisar uma série de políticas públicas sendo implementadas para esta meta.

### 3.1.3 Meta 11.3

No que tange a terceira meta do ODS 11 voltada para uma urbanização mais inclusiva e com um planejamento e gestão mais participativa, a cidade de São Paulo possui algumas metas destinadas para aprimorar sua gestão participativa, porém, de acordo com o PlanejaSampa (2019) até março de 2019, apenas um projeto para esta área estava sendo implementado, o Programa Cidade Aberta, organizado pela Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Secretaria Municipal de Justiça de São Paulo, o programa tem como objetivo integrar o Governo Aberto em todas as Secretarias através de mecanismos e iniciativas de participação popular, transparência e integridade (Plano de Metas 2017-2020, 2019). O Cidade Aberta disponibiliza todos os dados da Prefeitura de São Paulo em formato aberto para toda a população que tiver interesse em tais dados, onde todos são processáveis por máquinas.

Toda a execução orçamentária deste programa é realizada com recursos próprios da Prefeitura Municipal (FIGURA 19), ainda que sua implementação não seja muito custosa, visto que o seu maior enfoque é em tornar mais públicos e transparentes os dados públicos, sendo essa a única política pública em implementação voltada para uma gestão mais participativa dentro do Plano de Metas (2019).

**FIGURA 19- Execução Orçamentária do Cidade Aberta**

	2017			2018		
	Recursos próprios	Outros recursos	Total	Recursos próprios	Outros recursos	Total
<b>Investimento</b>	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,00 milhões
<b>Custeio</b>	R\$ 0,42 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,42 milhões	R\$ 0,10 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,10 milhões
<b>Total</b>	R\$ 0,42 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,42 milhões	R\$ 0,10 milhões	R\$ 0,00 milhões	R\$ 0,10 milhões

Fonte: PlanejaSampa, 2019

#### 3.1.4. Meta 11.4

Dentro das políticas públicas sendo implementadas para proteção do patrimônio cultural e natural do mundo, apenas uma política em execução foi encontrada no Plano de Metas de São Paulo, com o programa Cultura Sampa (PLANO DE METAS 2017-2020, 2019).

O Cultura Sampa é executado pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e o seu objetivo é de requalificar as Casas da Cultura, fazendo com que elas se tornem centros de referência dentro da sua comunidade, fazendo a divulgação e promoção em especial de arte urbana, visando diversificar e resguardar a arte de rua dentro da cidade de São Paulo.

Utilizando apenas de recursos próprios, a prefeitura viabilizou a reforma de doze Casas de Cultura em doze regiões da cidade de São Paulo, assim como a criação de duas novas Casas de Cultura em outras duas regiões, assim, tais estabelecimentos funcionam tanto para promover quanto resguardar atividades culturais na cidade de São Paulo (PlanejaSampa, 2019).

No demais, não se foi encontrado no Plano de Metas de São Paulo qualquer política pública feita para resguardar o patrimônio natural dentro da cidade.

### 3.1.5. Meta 11.5

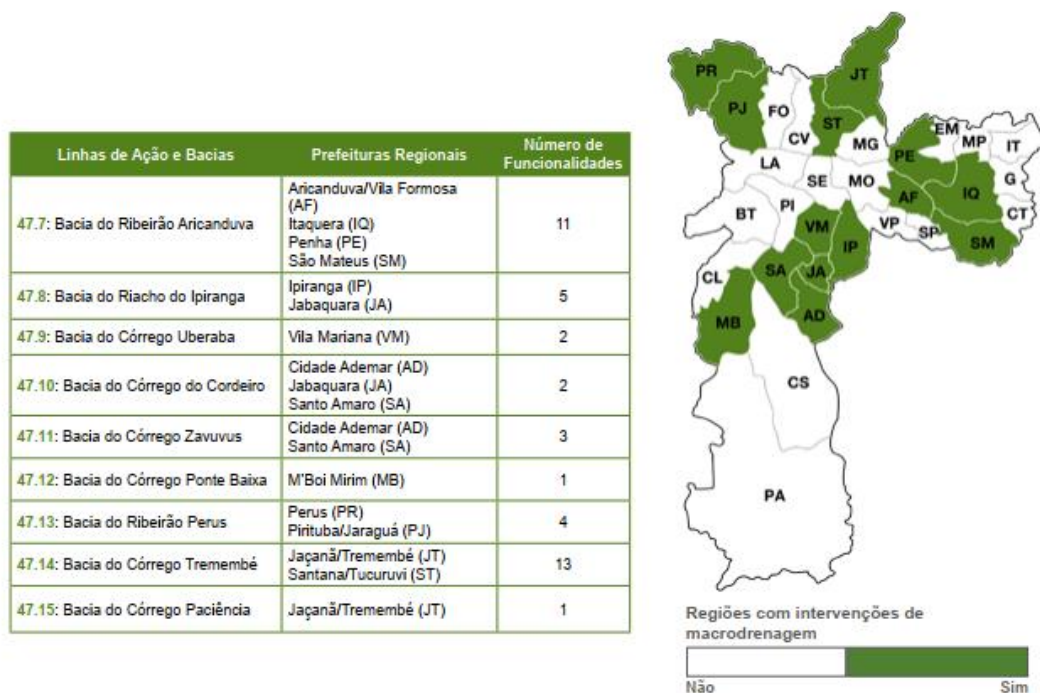
A prefeitura de São Paulo em seu Plano de Metas (2019) apresentou dois programas para redução de danos em catástrofes (tanto material quanto imaterial), o Cidade Resiliente e o Controle de Cheias. Porém, por não-adesão de atores chaves, o Cidade Resiliente até março de 2019 ainda não começou a ser implementado (PLANEJASAMPA, 2019).

Com isso, apenas um programa de redução de danos para catástrofes naturais está sendo implementado em São Paulo, o Controle de Cheias, este projeto tem como objetivo reduzir em 15% as áreas inundáveis da cidade, que anualmente levam uma grande perda material e em vidas para centenas de paulistanos em áreas mais periféricas da cidade.

O projeto é implementado pela Secretaria Municipal de Serviços e Obras, ainda que a maior parte do seu recuso seja proveniente de outros entes federativos, já que o município responde por apenas 8% de todo o orçamento gasto na execução (PLANEJASAMPA, 2019).

Até março de 2019 o Controle de Cheias conseguiu contemplar bacias hidrográficas em 28 regiões da cidade de São Paulo e macrodrenagem em 15 regiões (FIGURA 20).

**FIGURA 20- Intervenções de Macrodrenagem em São Paulo**



Fonte: Plano de Metas 2017-2020, 2019.

Com isso, se percebe que ao menos em sua implementação, o programa está em um ritmo acelerado e atingindo a maior parte das regiões da cidade em todas as zonas.

### 3.1.6. Meta 11.6

São Paulo apresenta em seu Plano de Metas (2019) duas políticas públicas voltadas para a redução do impacto ambiental negativo, elas são o Programa de Sustentabilidade das Edificações e o Recicla Sampa.

O Programa de Sustentabilidade das Edificações, encabeçado pela Secretaria Municipal de Serviços e Obras buscou criar um novo padrão de uso racional de energia e água em prédios da prefeitura de São Paulo, voltando-se para a captação e reutilização de águas pluviais, utilização de materiais hidráulicos com sistemas econômicos e energia solar. Por questões contratuais, a Prefeitura de São Paulo ainda está na fase inicial de implementação deste projeto, tendo iniciado as obras após o fim de 2018 (PLANEJASAMPA, 2019).

Executado pela Secretaria Municipal de Subprefeituras, o segundo programa, Recicla Sampa é voltado para a ampliação do programa de coleta seletiva para

reaproveitamento de resíduos sólidos urbanos, atuando com resíduos domiciliares, logística reserva e resíduos orgânicos.

Atuando em maior parte com recursos próprio, a Prefeitura de São Paulo até março de 2019 não disponibilizou nenhum dado referente a uma possível diminuição de descarte ou aumento de coleta seletiva, porém, este é um dos resultados esperados com o programa.

### *3.1.7 Meta 11.7*

Dentro da meta de proporcionar acesso universal a espaços públicos, seguros, acessíveis e verdes, o Plano de Metas de São Paulo possui o destaque em dois programas, o Sampa Verde e o Centro Lindo.

O primeiro deles, Sampa Verde, executado pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente tem como objetivo a conservação de áreas verdes e a arborização de áreas não-verdes, em especial com parques municipais (PLANEJASAMPA, 2019). Contando inicialmente com recursos próprios, o Sampa Verde logo contou com a ajuda do setor privado para a sua implementação, quando a Prefeitura Municipal iniciou a concessão de 14 parques municipais ao fim de 2017. Dados sobre o grau de arborização em especial com o setor privado não foram adicionados ao PlanejaSampa (2019).

O segundo programa, Centro Lindo, tem como objetivo levar uma valorização do centro de São Paulo, em especial, aumento a sua atratividade urbanística, econômica e cultural, sendo encabeçado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, o projeto conta com um aporte financeiro em especial de outros entes (FIGURA 21) que não a prefeitura de São Paulo, porém, até o fim de 2018 não foram apresentados nenhum tipo de resultado de como avança a implementação do projeto, informando apenas que ele está sendo implementado (PLANEJASAMPA, 2019).

**FIGURA 21- Orçamento Centro Lindo**

	<b>Recursos próprios</b>	<b>Outros recursos</b>
<b>Investimento</b>	R\$ 5,0 milhões	R\$ 125,6 milhões
<b>Custeio</b>	R\$ 0,0 milhões	R\$ 0,0 milhões

Fonte: PlanejaSampa, 2019.

### *3.1.8 Metas 11.a, 11.b e 11.c-*

Não foi possível encontrar nenhuma política pública dentro do Plano de Metas 2017-2020 (2019) da cidade de São Paulo que englobe estas metas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável.

## **3.2 Implementação de políticas públicas alinhadas ao ODS 11 em Santiago**

Para a realização da análise das políticas públicas em fase de implementação pela cidade de Santiago o documento escolhido foi o Santiago Humana e Resiliente, que é o documento de estratégia de desenvolvimento da cidade Santiago, feito em 2017 após Santiago ter sido escolhida como uma das 100 cidades resilientes aos desafios do Século XXI pela Fundação Rockfeller (SANTIAGO RESILIENTE, 2017).

Nesse documento se encontram todas as políticas públicas em implementação na cidade de Santiago, estas estão divididas em seis frentes diferentes: Santiago Conectada; Santiago Verde e Sustentável; Santiago Segura; Santiago Preparada; Santiago Global e Inovada; Santiago Inclusiva. Todas essas diferentes seis frentes e as políticas públicas delas provenientes da implementação de seis atores chaves: Universidades; Comunidades Parceiras; Setor Público; Parceiros da Rede Resiliente; Setor Privado; Rede de Resiliência (SANTIAGO RESILIENTE, 2017). Assim, se percebe uma larga gama de atores ativos durante o processo de implementação destas políticas.

Por isso, assim como a cidade de São Paulo, este presente trabalho irá fazer a análise se tais políticas se enquadram com as metas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11.

### 3.2.1 Meta 11.1

Dentro do Santiago Resiliente foram encontrados dois programas de políticas públicas voltados para o acesso de uma habitação segura, adequada e com os serviços básicos, ambos os programas estão no pilar de Equidade Social do Santiago Resiliente no Plano Integral de Recuperação de Bairros (SANTIAGO RESILIENTE, 2019). Os programas são o *Quiero mi Barrio* e o *Intervención en Barrios de Alta Complejidad*.

O primeiro programa identificado, o *Quiero mi Barrio* é implementado em uma iniciativa conjunta do MINVU (Ministério de Habitação e Urbanismo), Conselho de Vizinhos e o município buscando a recuperação física e social dos bairros em que ela está sendo implementada, facilitando e aprimorando o vínculo deste bairro com a cidade, a sua execução inclui melhor dos espaços públicos, fortalecimento do tecido social com processos decisivos participativos, onde a comunidade escolhe as principais mudanças a serem desenhadas no bairro e os principais problemas que necessitam ser corrigidos (QUIERO MI BARRIO, 2017). O programa foi criado em 2006 como uma medida presidencial e renovado em 2014, porém, apenas em 2017 ele foi desempenhado na Província de Santiago e até o presente momento foi implementado em cinco bairros da capital e está em implementação no bairro Matadero-Franklin.

O segundo programa, de intervenção em bairros de alta complexidade, chefiado pelo Ministério de Interior e Segurança Pública o programa tem como objetivo diminuir as condições de vulnerabilidade sociodelitual dos bairros considerados de alta complexidade na Região Metropolitana de Santiago, tudo isso mediante a execução de planos integrais de segurança e projetos de prevenção da segurança pública. O projeto atualmente está em execução em cinco bairros de Santiago e com projetos em outros dezoito bairros (FIGURA 22), garantindo que as populações desses bairros possuam acesso aos direitos básicos de segurança e aproveitamento do espaço público.



**FIGURA 22- Orçamento da Intervenção em Bairros de Alta Complexidade.**

<b>Producción estimada 2018 (Unidad)</b>	<b>Gasto unitario estimado 2018 (Miles de \$ (2017))</b>
5 (Plan Integral de seguridad ejecutado por cada barrio)	125.745,20
18 (Proyectos de prevención del delito y la violencia en barrios financiados)	99.099,56

Fonte: Senado do Chile, 2017.

### 3.2.2 Meta 11.2

Dentro desta meta de acesso a sistemas de transporte público seguros, acessíveis e sustentáveis, as políticas públicas em implementação em Santiago encontrada no plano Santiago Resiliente estavam dentro do pilar de mobilidade urbana, o Santiago Conectada.

O primeiro destes é a Política Regional de ProMobilidade Urbana, tendo como objetivo incorporar para a cidade de Santiago as recomendações feitas pela Comissão de Assessoria Presidencial para Mobilidade Urbana em 2014 para uma intervenção coerente e eficaz para os problemas da cidade relacionados com o uso do solo e mobilidade urbana (SANTIAGO RESILIENTE, 2019). Implementada conjuntamente pelo Diretório de Transporte Público Metropolitano, Ministério de Habitação e Urbanismo, Metro Municipal de Santiago e a Secretaria Municipal de Transporte e Telecomunicações, a Política Regional de ProMobilidade atua na criação da Autoridade Metropolitana de Transportes e na expansão das linhas de metrô em Santiago, buscando que as reformas do sistema metroviário sejam interligadas com a rodoviária, além de acessível e segura.

O segundo programa em implementação é o Plano para Consolidar o Transporte Público Massivo, também seguindo como base a Comissão Presidencial de ProMobilidade, este plano é desenvolvido para em qualquer execução de política pública voltada para projetos de transporte, o transporte público sempre terá a preferência (SANTIAGO RESILIENTE, 2019). Sendo implementada pelo Município,

Diretório de Transporte Público Metropolitano e Ministério de Transporte e Telecomunicações, as políticas estão sendo voltadas para aumento de campanhas para o uso do transporte público, habilitação das linhas 3 e 6 do metrô de Santiago, assim como a criação de novas linhas e a criação de corredores exclusivos para ônibus dentro de vias já existentes, garantindo assim uma maior velocidade do sistema de ônibus e a iniciando novamente a licitação do Sistema de Ônibus municipal para buscar uma renovação e modernização da frota de ônibus da cidade. O plano não aborda detalhes orçamentários da implementação.

O terceiro e último programa em implementação é o Projeto Nova Alameda Providência, reformulando mais de doze quilômetros da principal avenida da cidade de Santiago em uma ação empreendida pelas diversas comunas na Província de Santiago (SANTIAGO RESILIENTE, 2019). Nesta esta remodelação da Avenida Alameda, espaços destinados para bicicletas, ônibus e pedestres estão sendo preferenciados e o projeto também atua como uma forma de reformulação urbana, onde a histórica avenida possui um importante papel para as comunas em que ela passa, por isso, a implementação da sua reforma está sendo conjuntamente com o Conselho de Vizinhos para melhor atender os desejos e anseios da comunidade ao redor da Alameda (SANTIAGO RESILIENTE, 2019).

### 3.2.3 Meta 11.3

Dentro desta meta o programa Santiago Resiliente (2019) apresenta apenas uma medida para a urbanização inclusiva e participativa, porém, o programa já foi abordado na Meta 11.1, o *Quiero mi Barrio*, por isso, não será descrito nesta meta, já que ele foi o único resultado encontrado.

### 3.2.4 Meta 11.4

Nesta meta se foi encontrado dentro do Santiago Resiliente (2019) um programa em execução destinado para salvaguardar o patrimônio natural em Santiago, foi o Programa de Zonas de Conservação Natural na Região Metropolitana, sua execução está sendo feita pelo Governo da Região de Santiago, Secretaria Regional de Bens Nacionais, Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Habitação

e Urbanismo (SANTIAGO RESILIENTE, 2019). Este programa busca proteger zonas de alto valor ecológico, assim como a sua fauna e flora que estejam dentro dos limites da Região Metropolitana de Santiago, com o fim de criar reservas ambientais para a sua proteção e conservação.

A sua linha de ação está se dando em três aspectos principais, o primeiro é na transformação do Pântano de Batuco como área permanente de conservação ambiental. O segundo ponto em implementação é na transformação da Reserva Natural de Rio Clarillo em um Parque Nacional e, por fim, o levantamento de novas zonas com potencial de ser reservas naturais.

### 3.2.5 Meta 11.5

Sobre políticas públicas voltadas para redução de impacto de catástrofes, foram encontrados três programas em implementação dentro do Plano Santiago Resiliente (2019), os três programas se encontram no pilar de gestão de risco, o Santiago Preparado.

O primeiro deles é o Programa de Risco Sísmico, por conta de sua posição geográfica, Santiago está em uma situação altamente exposta a riscos sísmicos, por isso, as diferentes comunas alinhadas com a Secretaria Regional de Obras Públicas, Secretaria de Habitação e Urbanismo e o Governo Regional desenvolveram tal programa para a redução de impactos de abalos sísmicos na região, dentro das linhas de ação do programa estão em implementação um programa de monitoramento e sistema de alerta para abalos sísmicos em região de cordilheiras, criação de pontos de segurança para abrigos durante abalos sísmicos, sistematização dentre as diferentes comunas de Santiago de uma linha comum de ação para proteção em caso de abalos sísmicos, criação de seguros para equipamentos e infraestrutura fundamentais da cidade em casos de desastres e uma atualização de medidas de segurança em prédios públicos em toda a Santiago.

O segundo é o programa de risco meteorológico, também de uma parceria das comunas com a Secretaria Regional de Obras Públicas, Secretaria de Habitação e Urbanismo e o Governo Regional, este programa tem como objetivo a redução de impactos causados pelas fortes chuvas que podem assolar a cidade, que vão desde enchentes até deslizamentos e as suas linhas de ação em implementação contam

com uma atualização do mapa de perigos geológicos em remoção em massa e inundações, proteção de zonas com água potável próximas de leitos de rio, criação de seguros para equipamentos e infraestrutura fundamentais da cidade, obras de controle aluvial e a criação de parques inundáveis para a infiltração de solo em áreas de risco. Apesar disso, o plano não informa sobre os avanços do projeto, mas apenas da sua implementação (SANTIAGO RESILIENTE, 2019).

O terceiro é o Programa para a Prevenção e Controle de Incêndios na Região Metropolitana, sua implementação está sendo feita pela parceria dos municípios, Governo Regional, Corpo de Bombeiros e Secretaria Regional de Obras Públicas, seu foco principal é o combate ao incêndio tanto em áreas residenciais quanto em parques e reservas dentro da cidade de Santiago. Seu foco principal é em reduzir tanto o número de incêndios quanto o impacto deles dentro de Santiago. As suas linhas de ação são: a criação de um protocolo comum de incêndio para todas as comunas da Região Metropolitana; Capacitação comunitária para o combate a focos de incêndio e a criação de seguro para equipamentos e obras importantes da cidade.

### *3.2.6 Meta 11.6*

Em relação a meta de redução de impacto ambiental negativo, o Plano Santiago Resiliente (2019) apresenta quatro políticas públicas em implementação dentro do seu pilar de Meio Ambiente, o Santiago Verde e Sustentável (SANTIAGO RESILIENTE, 2019).

A primeira destas é o Plano de Redução de Energia Elétrica, sendo executado pelo Governo Regional, Secretaria Regional de Energia e Secretaria Regional de Meio Ambiente. Essa política tem como objetivo a redução do aumento do consumo de energia elétrica que acontece em Santiago, buscando atingir os domicílios, indústrias, empresas e prédios públicos, suas linhas de ação são voltadas para mudanças de todas as lâmpadas públicas para lâmpadas com menor consumo de energia elétrica, um Plano de Redução de consumo de energia elétrica nas indústrias e auditorias para medição de consumo energético em toda Santiago.

O segundo programa é o Santiago Recicla, uma iniciativa do Governo Regional com o Ministério do Meio Ambiente do Chile, voltado para a valorização do resíduo sólido por meio da reciclagem o programa conta com ações vinculadas em

implementação voltadas para a transferência de capacitação em gestão e valorização de resíduos para comunidades na Região Metropolitana de Santiago; Sistema de incentivo para redução na geração de resíduos; aumento de número de pontos de coleta de resíduos urbanos em Santiago e uso de aplicativos móveis para apoio logístico e incentivo de reciclagem, o ReciclApp.

O segundo programa é o Santiago Respira, um programa do Ministério do Meio Ambiente do Chile, o Santiago Respira tem como objetivo reduzir em 60% a emissão de gases poluentes na cidade de Santiago e promoção do uso de transportes sustentáveis e limpos. Suas ações estão ligadas com compensações para a redução de poluentes, assim como, o uso de drones para checagem dos pontos mais poluentes da cidade, garantindo que não estejam sendo emitidos tipos proibidos de queimas na cidade.

Por fim, o último programa é o *Waste to Energy*, encabeçado em uma parceria conjunta das comunas, Ministério de Energia e Ministério do Meio Ambiente o programa busca aumentar o número de aterros que possuam aproveitamento energético capaz de gerar energia proveniente dos gases emitidos pelos resíduos orgânicos nestes aterros, assim, dando uma maior utilidade aos resíduos e aumentando a produtividade de energia elétrica na Região Metropolitana.

### 3.2.7 Meta 11.7

Dentro da meta de proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos e verdes, foi possível encontrar uma política pública em implementação dentro do Plano Santiago Resiliente (2019), em seu pilar de meio ambiente, o Santiago Verde e Sustentável.

O programa é o Plano de Construção de Novos Parques Urbanos, encabeçado pelo Governo Regional, Comunas, Ministério de Obras Públicas e Ministério de Meio Ambiente, suas ações vinculadas são a incorporação de sete novos parques urbanos para a rede de parques da cidade; A construção de um novo parque urbano o *Sur Cerro Chena*; E a um desenvolvimento arbóreo e hídrico nos parques urbanos, para preservar a fauna e flora nativa da região.

### *3.2.8 Metas 12.a, 12.b e 12.c-*

Não foi possível encontrar nenhuma política pública dentro do Plano Santiago Resiliente da cidade de Santiago que englobe estas metas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os dados observados através dos planos de metas de São Paulo e Santiago, se pode afirmar que as agendas de desenvolvimento urbano das duas cidades estão alinhadas com políticas de urbanização sustentável, se analisadas através do escopo do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável número onze.

Em números gerais, foi possível identificar quinze políticas públicas em implementação na cidade de São Paulo que estejam alinhadas com as metas do ODS onze, enquanto em Santiago o número de políticas em implementação foi ligeiramente menor, sendo possível identificar quatorze delas. É necessário ressaltar que dentro das dez metas do objetivo onze, sete deles foram contempladas com a implementação de ao menos uma política pública voltada para a área em questão nas duas cidades e as três metas (11.a, 11.b e 11.c) que não possuíram políticas públicas em implementação voltadas para elas possuem um caráter de políticas públicas voltadas para objetivos nacionais e não municipais.

Ainda que os números de políticas em implementação analisadas neste trabalho sejam próximos entre São Paulo e Santiago, os atores presentes na implementação de cada um são destoantes. Em primeiro momento, as diferenças estruturais do Brasil e Chile como apresentado no capítulo dois deste trabalho desempenham um importante papel, o federalismo brasileiro coloca o município como um ente federativo e por isso, o mesmo possui um grande poder e dever, a União e o Estado aparecem não como implementadores ou parceiros, mas sim como financiadores, enquanto o Município fica a cargo da implementação, porém, no caso brasileiro a dependência de financiamento da União por parte da cidade de São Paulo se mostrou um obstáculo para a implementação de algumas políticas, demonstrando uma incapacidade de implementar apenas com recursos próprios. Atores privados também aparecem ao longo da implementação de algumas políticas públicas destacadas, porém, de forma tímida e também como financiadores.

Já a cidade de Santiago, influenciada pelo unitarismo chileno que força uma maior conexão entre as diversas comunas dentro da Província de Santiago alinhado com o fato da cidade possuir quase metade de todos os habitantes do Chile (contra 6% da população brasileira vivendo na cidade de São Paulo) e, portanto, a cidade mais importante do país. Nesse cenário, diversos atores atuaram tanto no

financiamento quanto na implementação das políticas públicas analisadas neste trabalho, os principais atores destacados são as comunas, secretarias regionais e ministérios nacionais, além de uma vasta gama de atores da sociedade civil, departamentos e setores privados. Assim, foi possível perceber uma pluralidade durante tal implementação.

Como já mencionado, a participação civil também foi diferente, em Santiago os conselhos de vizinhos e outros setores da sociedade civil são designados como atores para a implementação, atuando ativamente nelas e tendo um poder decisório sobre as mesmas, o que está caracterizado com um modelo bottom-up de implementação de políticas públicas caracterizado especialmente por ser um modelo mais participativo. Já na cidade de São Paulo, a participação civil aparece de forma tímida nas políticas públicas analisadas neste trabalho, a sociedade civil, no geral foi apresentada apenas como a favorecida e o objetivo de tais políticas, porém, sua participação quando aparece é secundária, tendo o corpo técnico e burocrático da Prefeitura Municipal de São Paulo uma espécie de quase monopólio da implementação de tais políticas, tal situação sendo mais ligada ao modelo top-down de implementação de políticas públicas.

Ainda que Santiago tenha apresentado uma participação mais ativa da sociedade civil do que São Paulo, a cidade brasileira acaba se destacando em relação à transparência em especial orçamentária, os dados da implementação se tornaram públicos e possível analisar a fase da sua implementação bem como o orçamento total e o quanto está sendo gasto por trimestre desde a sua implementação, enquanto os dados fornecidos por Santiago no geral incluíam apenas informações sobre o projeto, a sua fase de implementação e onde o mesmo estava atuando, não tendo sido encontrado algum portal de transparência com os dados orçamentários das políticas públicas em questão.

Apesar da divergência na transparência orçamentária, as duas cidades apresentam facilidade no encontro e análise dos seus planos de meta, assim, foi possível obter por meios virtuais os planos de meta completos, assim como foi possível contatar por e-mail os setores de comunicação do governo das duas cidades para a confirmação do documento ser o mais recente, apesar disso, no desenvolvimento deste trabalho foram encontradas dificuldades para entrevistas com responsáveis por implementar políticas públicas dentro de cada uma das cidades.



Por fim, este trabalho colaborou com a hipótese desenhada de que Santiago e São Paulo apresentavam um alinhamento das suas políticas públicas voltadas para o urbanismo da cidade com medidas propostas na Nova Agenda Urbana, tendo sido escolhido nesse caso o ODS onze para a análise de implementação, visto o seu alinhamento com a agenda.

## REFERÊNCIAS

ASSEN DE OLIVEIRA, Lisete. Anotações sobre Políticas Urbanas para a Cidade Brasileira. Caderno de PMGPP (UNIVALI), v. 15, p. 22-48, 2008

Miller, J. C. (1979). Regional Development: A Review of the State-of-the-Art, Office of Urban Development, Agency for International Development, Washington.

Rondinelli, D. A. and Ruddle, K. (1976). Urban Functions in Rural Development. An Analysis of Integrated Spatial Development Policy, Office of Urban Development, Agency for International Development, Washington.

TEMAS Emergentes para la Política Pública Urbano-Habitacional en Chile. **Documento de trabajo INVI 6**, Santiago, 2017.

UNDP. UNDP's Support to Sustainable, Inclusive and Resilient cities in the developing world. **Sustainable Urbanization Strategy**, New York, 2016.

VALLS, Rorbert. **América Latina: a mais urbanizada do mundo, mas não a mais planejada**. El País, 2014. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/18/internacional/1397834294\\_310921.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/18/internacional/1397834294_310921.html). Acesso em: 27 abr. 2019.

BLOOMBERG PHILANTHROPIES. **São Paulo: Growing Farmers' Income, Shrinking Urban Sprawl**. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://mayorschallenge.bloomberg.org/ideas/sao-paulo/>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BLOOMBERG PHILANTHROPIES. **Santiago: Galvanizing School Communities to Reduce Childhood Obesity**. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://mayorschallenge.bloomberg.org/ideas/santiago/>. Acesso em: 28 abr. 2019.

PULZL, Helga; TREIB, Oliver. Implementing Public Policy. *In*: FISCHER, Frank; MILLER, Gerald J.; SIDNEY, Mara S. **Handbook of Public Policy Analysis Theory, Politics, and Methods**. Florida: CRC Press, 2007.

deLeon, P. (1999). **The Missing Link Revisited. Contemporary Implementation Research**. Policy Studies Review, 16, 311–338.

O'Toole, L.J. Jr. (2000). **Research on Policy Implementation. Assessment and Prospects**. Journal of Public Administration Research and Theory, 10, 263–288.

Van Meter, D., and Van Horn, C. (1975). **The Policy Implementation Process. A Conceptual Framework**. Administration and Society, 6, 445–488.

BALBIM, Renato. A Nova Agenda Urbana e a Geopolítica das Cidades. *In*: THADEU, Marcos *et al* (org.). **A Nova Agenda Urbana e o Brasil**. Brasília: IPEA, 2018.

ABIKO, Alex Kenya *et al*. Urbanismo: História e Desenvolvimento. **Escola**

**Politécnica da USP**, São Paulo, 1995.

ARRUDA, J.J.A. **História antiga e medieval**. 16ª ed. São Paulo, Editora Ática, 1993

BENEVOLO, L. **Storia dell'architettura moderna**. Bari, Editori Laterza, 1993

OLIVEN, RG. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

HAROUEL, Jean Louis. **História do Urbanismo**. Paris: Papirus, 1990.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. São Paulo Editora Perspectiva, 1979. Coleção Estudos, n.o 67.

SILVA, Regina Celly Nogueira da; MACÊDO, Celênia Souto. **A Urbanização Mundial. Unidis grad**, Campina Grande, 2009.

SPOSITO, Maria Encarnação. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Escala, 1989.

GOMES, MAAF., **Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960**. Salvador: EDUFBA, 2009.

VALLS, Robert. América Latina: a mais urbanizada do mundo, mas não a mais planejada. **El País**, Buenos Aires, p. 1-2, 19 abr. 2014. Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/18/internacional/1397834294\\_310921.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/18/internacional/1397834294_310921.html).

Acesso em: 8 ago. 2019.

GALINDO, Ernesto; MONTEIRO, Roberta. O BRASIL E A NOVA AGENDA URBANA – HABITAT III. **Boletim regional, urbano e ambiental**, Brasília, 2016.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração. **Declaração sobre Assentamentos Urbanos**, Vancouver, 1976.

PARNELL, Susan. Ideas, implementation and indicators: epistemologies of the post-2015 urban agenda. **Environment & Urbanization**, África do Sul, 1 abr. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **17 Objetivos para transformar nosso mundo**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: 2 ago. 2019.

ALFONSIN, Betania. A Conferência Habitat III e a Nova Agenda Urbana. **FMP**, [S. l.], p. 1-2, 13 abr. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração. **DECLARAÇÃO DE QUITO SOBRE CIDADES E ASSENTAMENTOS HUMANOS SUSTENTÁVEIS PARA TODOS**, Quito, 2016.

Disponível em: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Angola.pdf>.

Acesso em: 9 ago. 2019.

BIRCH, Eugenie. A Midterm Report: Will Habitat III Make a Difference to the World's

Urban Development?. **Journal of the American Planning Association**, Chicago, 2016.

CARVALHO, Paulo Gonzaga de; BARCELLOS, Frederico Carvadas. **ODM: Uma avaliação crítica**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

Hulme, D. e Scott, J. (2010) The Political economy of the MDGs: Retrospect and Prospect for the World's Biggest Promise, BWPI Working Paper 110 January 2010 Institute for Development Policy and Management – University of Manchester, UK disponível em: <http://www.bwpi.manchester.ac.uk/resources/Working-Papers/bwpi-wp-11010.pdf> acesso em 8 de agosto de 2019.

Hulme (2013) Poverty and Development thinking: synthesis or uneasy compromise? BWPI Working Paper 180 January 2013 Institute for Development Policy and Management.

Hulme, D. (2007) The Making of the Millennium Development Goals: Human Development Meets Results- based Management in an Imperfect World, BWPI Working Paper 16 December 2007 Institute for Development Policy and Management – University of Manchester, UK

Saith, A. (2006) From Universal Values to Millennium Development Goals: Lost in Translation, *Development and Change* 37(6): 1167-1199 Institute of Development Studies published by Blackwell publishing USA

Osborne, D. (1992) Reinventing Government – *Public Productivity & Management review*, vol. 16, No 4, Fiscal Pressures and productive Solutions: Proceedings of the Fifth National Public Sector Productivity Conference (Summer, 1992)

SECCHI, L. 2010. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning.

SILVA, P. L. B. & MELO, M. A. B. 2000. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Caderno NEPP/UNICAMP**, Campinas, n. 48, p. 1-16.

PRESSMAN, Jeffrey L.; WILDAVSKY, Aaron. **Implementation**. Berkeley: University of California Press, 1973.

VAN METER, Donald; VAN HORN, Carl E. **The policy implementation process**. Administration and Society, v. 6, n. 4, p. 445-488, 1975.

VANDEMOORTELE, Jan. The MDG Conundrum: Meeting the Targets Without Missing the Point. **Development Policy Review**, Bruges, v. 27, n. 4, 8 jun. 2009.

SENA, Aderita et al. Medindo o invisível: análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em populações expostas à seca. *Ciênc. saúde coletiva*. 2016, vol.21, n.3, pp.671-684

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Ed. Ijuí, 2007.

HILL, Michael; HUPE, Peter. Implementing Public Policy. **Journal of Social Policy**, United Kingdom, 2002.

MAZMANIAN, Daniel A.; SABATIER, Paul A. Effective Policy Implementation.

**Journal of Planning Education and Research**, Lexington, 1981.

LIPSKY, Michael. Street-Level Bureaucracy and the Analysis of Urban Reform.

**Urban Affairs Review**, [S. l.], v. 6, n. 4, 1 jun. 1971.

HANSSON, Stina *et al.* Governance for sustainable urban development: the double function of SDG indicators. **Area Development and Policy**, Reino Unido, 5 abr. 2019.

SIMON, David *et al.* Developing and testing the Urban Sustainable Development Goal's targets and indicators – a five-city study. **Environment & Urbanizatio**, [S. l.], 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos**. [S. l.], 2012. Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/agencia/onuhabitat/>. Acesso em: 13 ago. 2019.

ENAP. **Análise do Processo de Implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal**. Brasília, 2016. Disponível em:

<https://www.slideshare.net/CgceEnap/gesto-de-pessoas-no-governo-federal-anlise-do-processo-de-implementao-da-politica-nacional-de-desenvolvimento-de-pessoal>. Acesso em: 8 ago. 2019.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. *In*: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.).

**Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006. cap. 2.

CAVALCANTE, Pedro. A IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL DAS POLÍTICAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE ESPACIAL. **Planejamento e políticas públicas**, [S. l.], 2014.

SINESP. **DECRETO Nº 57.718, DE 05/06/2017 - CRIA A COMISSÃO MUNICIPAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.sinesp.org.br/index.php/legislacao-sinesp/2467->

decreto-n-57-718-de-05-06-2017-cria-a-comissao-municipal-para-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel. Acesso em: 15 ago. 2019.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Lei Ordinária nº Nº 16.050, de 31 de julho de 2014.** (Projeto de Lei nº 688/13, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo). São Paulo, 2014.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Comissão Municipal para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo, 2017. Disponível em:

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio\\_ambiente/participacao\\_social/conselhos\\_e\\_orgaos\\_colegiados/index.php?p=237119](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/index.php?p=237119). Acesso em: 8 ago. 2019.

OEA. ESTRUTURA POLÍTICA GERAL DO CHILE. **Sistema por país**, Washington, 2018.

CONSTITUIÇÃO. [Constituição (1980)]. **CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA.** Santiago: [s. n.], 1980.

GAMBI, Mauricio. Implementación de políticas públicas en Chile: lecciones para el diseño. Análisis de los casos de modernización de la gestión pública y de la reforma de salud. **XXI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Santiago, 2016.

DELEMAZA, Gonzalo. ¿TERRITORIOS O REGIONES? PRÁCTICAS DE PARTICIPACIÓN Y PERCEPCIONES POLÍTICAS COMO CONDICIONES PARA LA GOBERNANZA DEMOCRÁTICA. UNA MIRADA COMPARADA A TRES REGIONES DEL SUR DE CHILE. *In*: DE FARIA, Carlos Aurelio *et al* (org.). **Políticas Públicas na América Latina.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2016. cap. 1.

FIJA TEXTO REFUNDIDO, COORDINADO Y SISTEMATIZADO DE LA LEY Nº 18.575, ORGANICA CONSTITUCIONAL DE BASES GENERALES DE LA ADMINISTRACION DEL ESTADO. **Lei nº 18.575, de 17 de novembro de 2001.** D.F.L. Núm. 1/19.653.- Santiago, 13 de diciembre de 2000.- Visto: Lo dispuesto en el Artículo 61 de la Constitución Política de la República y la facultad que me ha conferido el Artículo 4º transitorio de la ley Nº 19.653. Santiago, 2001.

CHILE. **Lei nº 20.500, de 16 de fevereiro de 2011.** LEY NÚM. 20.500 SOBRE ASOCIACIONES Y PARTICIPACIÓN CIUDADANA EN LA GESTIÓN PÚBLICA Teniendo presente que el H. Congreso Nacional ha dado su aprobación al siguiente proyecto de ley,. Santiago, 16 fev. 2011.

SECRETARIA TÉCNICA ODS. **Chile Agenda 2030**. Santiago, 2016. Disponível em: <http://www.chileagenda2030.gob.cl/>. Acesso em: 6 ago. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Plano de Metas. **Plano de Metas 2017-2020**, São Paulo, 2017.

REGION METROPOLITANA DE SANTIAGO. Plano de Metas. **Santiago Humano y Resiliente**, Santiago, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **PlanejaSampa**. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://programademetas.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 5 ago. 2019.

MINISTERIO DE VIVIENDA Y URBANISMO. **Quiero mi Barrio**. Santiago, 2017. Disponível em: <https://quieromibarrío.cl/>. Acesso em: 23 ago. 2019.